



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

---

# BOLETIM DE SERVIÇO

# SODS

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

---

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÕES

---

2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Câmara Superior de Pós-Graduação

**RESOLUÇÃO Nº 09/2025**

Aprova a criação do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando a Resolução Nº 05, de 25 de abril 2022, desta Câmara, que trata do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, no âmbito da UFCG;

Considerando as peças constantes no Processo SEI nº 23096.081614/2024-43; e

À vista das deliberações do plenário, em reunião ordinária realizada no dia 10 de junho de 2025,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Parágrafo único. O regulamento do curso e a estrutura curricular a que se refere o *caput* passam a se reger pelo exposto no texto constante na presente resolução, na forma dos anexos I e II.

Art. 2º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 18 de julho de 2025.

CLAUDIANOR OLIVEIRA ALVES

Presidente

(ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 09/2025)

**REGULAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE CAJAZEIRAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica está estruturado segundo as normas constantes da Resolução nº 01, de 06 de abril de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e da Resolução nº 05, de 25 de abril de 2022 da Câmara Superior de Pós-Graduação – CSPG, da Universidade Federal de Campina Grande.

Art. 2º O Curso será promovido pela Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras – ETSC, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

§ 1º O objetivo geral do curso é promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa;

§ 2º São objetivos específicos:

I – compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática;

II – examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – EPT;

III – analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem;

IV – conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional;

V – discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT;

VI – refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória;

VII – estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho;

VIII – conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira;

IX – refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT;

X – analisar formas mediante as quais os gestores podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social;

XI – discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;

XII – explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa;

XIII – compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades (culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas);

XIV – verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais;

XV – discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional com o meio de efetivar a gestão democrática e participativa; e

XVI – averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

Art. 3º As disciplinas do curso ocorrerão a partir de tecnologia remota (*online*), inserida na modalidade de Educação a Distância – EAD, e regulamentada pelo Ministério da Educação e pela UFCG.

Art. 4º As aulas poderão ocorrer nos turnos matutino, vespertino ou noturno, em qualquer dia letivo da semana, de acordo com a disponibilidade da(o) docente.

Art. 5º O corpo docente será composto por processo seletivo, que deverá priorizar a participação dos docentes efetivos da UFCG.

Parágrafo único. Caso não haja preenchimento das vagas por professores da instituição, será permitida a ocupação por professores externos.

Art. 6º O curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica não terá financiamento pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento da Secretaria de Recursos Humanos da UFCG, consoante o previsto na Lei Federal nº 11.314, de 03 de julho de 2006 e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, da Presidência da República.

Art. 7º O curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica será ofertado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o qual financiará o pagamento de bolsas para coordenador(a), professor(a) e tutor(a).

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 8º O curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica terá os seguintes órgãos:

I – Colegiado como órgão deliberativo;

II – Coordenação como órgão executivo;

III – Secretaria como órgão de apoio administrativo.

#### Seção I

##### Do Colegiado do Curso

Art. 9º O Colegiado é o órgão deliberativo do curso, constituído conforme disposto no estatuto e no regimento geral da UFCG:

I – pelo coordenador, como seu presidente;

II – por três professores do quadro docente do curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional Tecnológica;

III – por um representante do corpo discente, escolhido por seus pares;

IV – por um representante do órgão responsável pela pós-graduação;

V – por um representante de EAD do Campus Cajazeiras; e

VI – por um representante do corpo técnico administrativo do Campus Cajazeiras.

Art. 10. O Colegiado do Curso reunir-se-á com a presença de metade mais um de seus membros, com periodicidade a ser definida por seus membros.

§ 1º As deliberações do Colegiado do Curso serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

§ 2º A ausência sem justificativa a três reuniões consecutivas implicará na solicitação do coordenador de substituição do representante faltoso, na forma prevista neste regulamento.

Art. 11. Além das constantes no Regimento Geral da UFCG, são atribuições do colegiado do curso:

I – aprovar, com base na legislação pertinente, as indicações de professores, feitas pelo Coordenador do curso, para, em comissão ou isoladamente, realizar atividades referentes à seleção de candidatos e à orientação acadêmica;

II – homologar as decisões da comissão de seleção e de outras comissões constituídas pelo Colegiado;

III – propor modificações ao regulamento do curso, obedecidas às normas vigentes da UFCG, quanto à tramitação da proposta;

IV – decidir sobre desligamento de alunos do curso; e

V – aprovar a prestação de contas e o relatório final do curso, apresentados pela Coordenação.

## **Seção II**

### **Da Coordenação**

Art. 12. A Coordenação do Curso é o órgão executivo do Colegiado do Curso e será exercida pelo professor devidamente aprovado em processo seletivo, conforme previsto com a portaria Capes Nº 309, de 27 de setembro de 2024.

Art. 13. Caberá ao Coordenador promover as medidas necessárias à constituição do Colegiado.

Art. 14. Além das atribuições constantes do Regimento Geral da UFCG, compete ao Coordenador do Curso:

I – acompanhar o processo de seleção dos candidatos e exercer a coordenação da matrícula no âmbito do curso;

II – convocar as reuniões de Colegiado e exercer a sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;

III – representar o Colegiado do curso perante os órgãos da Universidade;

IV – executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do curso;

V – promover, em comum acordo com a Direção da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras – ETSC e com a administração superior, convênios e entendimentos com instituições nacionais e estrangeiras, visando à obtenção de recursos para dinamizar as atividades do curso;

VI – solicitar à Direção da ETSC a aquisição do material necessário à realização das atividades do curso;

VII – acompanhar e avaliar a execução curricular e submeter ao colegiado do curso os processos de adaptação curricular;

VIII – organizar e promover, em integração com os departamentos, estágios, seminários, encontros e outras atividades afins, previstas na organização curricular; e

IX – elaborar, após a conclusão do curso, no prazo máximo de 30 dias, o relatório das atividades realizadas e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino e Pesquisa – CEPE, do Centro de Formação de Professores – CFP, da UFCG e, após homologado, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação–PRPG, para a expedição de certificados.

Parágrafo único. O Coordenador será substituído por outro membro da gestão colegiada quando se fizer necessário.

## **Seção III**

### **Da Secretaria**

Art. 15. A Secretaria é o órgão de apoio administrativo, vinculada diretamente à Coordenação.

Art. 16. São atribuições da Secretaria, além de outras atribuições conferidas pela Coordenação:

I – dar apoio administrativo ao funcionamento do curso, incumbindo-se das funções burocráticas e de controle acadêmico do curso;

II – instruir os requerimentos dos candidatos à inscrição e à matrícula;

III – manter, em arquivo, os documentos de inscrição dos candidatos e de matrícula dos alunos;

IV – manter, em arquivo, os diários de classe, os trabalhos finais e toda a documentação de interesse do curso;

V – manter atualizado o cadastro do corpo docente e discente; e

VI – secretariar as reuniões do Colegiado e as sessões de defesa dos trabalhos finais.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ADMISSÃO**

Art. 17. A admissão no curso de especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica se dará mediante edital de seleção, obedecendo aos requisitos estabelecidos no Curso e em conformidade com o previsto no capítulo IV, art. 16, da Resolução nº 05, de 25 de abril de 2022 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG.

### **Seção I**

#### **Da Inscrição**

Art. 18. Para a inscrição dos candidatos à seleção do Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional Tecnológica, serão exigidos os seguintes documentos:

I – cópia autenticada do diploma de curso (Licenciatura Plena), legalmente reconhecido pelo Ministério da Educação;

II – histórico escolar acadêmico;

III – comprovante de quitação eleitoral; e

IV – formulário de inscrição preenchido.

§ 1º Os documentos listados nos incisos I, II, III e IV do *caput*, e o período de inscrição serão divulgados via edital de seleção emitido pela Coordenação do curso em conjunto com a Coordenação Geral da UAB-UFCG.

§ 2º A divulgação do edital de que trata o §1º deste artigo ocorrerá nas mídias eletrônicas da UFCG.

§ 3º As inscrições serão realizadas *on-line*, conforme o descrito no edital.

§ 4º O processo de deferimento das inscrições será de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso em consonância com as regularidades da documentação exigida no edital.

§ 5º A relação de inscrições deferidas e indeferidas deverá ser publicada nas mídias eletrônicas da UFCG, sendo assegurada a ampla divulgação.

§ 6º Da decisão da Coordenação, caberá recurso conforme as normas editalícias.

### **Seção II**

#### **Da Seleção**

Art. 19. O processo de seleção constará de análise de critérios e exigências presentes no Edital de Seleção.

Art. 20. A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão de três docentes do Colegiado, designados pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

§ 1º Serão oferecidas cento e cinquenta vagas para o Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, a serem preenchidas por candidatos(as) diplomados(as) em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação.

§ 2º Das vagas ofertadas no processo seletivo, em conformidade com a Resolução nº 05, de 25 de abril de 2022 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG serão reservadas:

I – 30% (trinta por cento) para candidatos(as) Pretos(as), Pardos(as), Indígenas ou Quilombolas (PPIQ) na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, da Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 e da Portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023 do Ministério da Educação; e

II – 5% (cinco por cento) para Pessoas com Deficiência (PcD).

§ 3º Os(As) candidatos(as) que concorrem às vagas reservadas concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme estabelece o art. 10, da resolução nº 02, de 17 de julho de 2020, da Câmara Superior de Pós-Graduação – CSPG da UFCG.

§ 4º Não serão computados(as), para efeito do preenchimento das vagas reservadas, os(as) candidatos(as) inscritos(as) para concorrer a elas e que sejam classificados(as) dentre as vagas oferecidas para ampla concorrência.

§ 5º O Colegiado do Curso poderá firmar parcerias e convênios com outras instituições e destinar vagas específicas para qualificar o seu quadro, desde que seja respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de vagas, destinado à demanda social.

### **Seção III**

#### **Da Matrícula**

Art. 21. Os(As) candidatos(as) classificados(as) na seleção deverão efetuar sua matrícula na Secretaria do curso, dentro do prazo fixado pela Coordenação.

§ 1º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado implica a desistência do(a) candidato(a) em se matricular no curso, bem como a perda de todos os direitos adquiridos pela classificação no processo seletivo.

§ 2º No caso de desistência dos(as) candidatos(as) classificados(as), a Coordenação poderá convocar outros(as) candidatos(as) inscritos(as) e não classificados(as) para ocupar as vagas existentes, desde que preencham as condições de seleção.

Art. 22. Não será permitido o trancamento de matrícula, isoladamente ou no conjunto de disciplinas.

Art. 23. No ato da matrícula, os(as) candidatos(as) deverão encaminhar via Formulário de Matrícula, que será encaminhado pela Coordenação do Curso, os seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade (RG);

- II – Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III – Certidão de Nascimento ou Casamento;
- IV – comprovante de residência atual com CEP em nome do(a) candidato(a), emitido, no máximo, três meses antes da matrícula;
- V – Diploma de curso superior, legalmente reconhecido pelo Ministério da Educação;
- VI – Histórico escolar do curso de graduação;
- VII – formulário de inscrição preenchido;
- VIII – candidatos(as) estrangeiros(as) deverão apresentar o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE em substituição ao RG ou passaporte com visto de estudante, a carteira transfronteiriça ou outro documento que, por previsão legal, permita que o estrangeiro estude no Brasil.

#### CAPÍTULO IV DO REGIME DIDÁTICO

##### Seção I

##### Da Organização Curricular

Art. 24. A organização do currículo do curso está embasada na análise do contexto histórico do Estado brasileiro e suas políticas educacionais, bem como na avaliação do contexto científico, metodológico e tecnológico.

§ 1º O curso terá uma duração de dezoito meses, composto de três módulos, sendo cada módulo ofertado uma única vez nesse período, dentro do qual deverá ser elaborado Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e ocorrer a sua defesa.

§ 2º O curso terá trezentos e sessenta horas, distribuídas em doze disciplinas obrigatórias, incluindo aquelas destinadas à elaboração do TCC.

Art. 25. No início de cada disciplina, o docente responsável apresentará o plano de curso com a apresentação da ementa, dos objetivos, do conteúdo, da metodologia de ensino, da modalidade, dos instrumentos de avaliação e das referências bibliográficas.

Art. 26. A carga horária mínima do curso será computada de acordo com as disciplinas ministradas, não se considerando o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, nem o desenvolvimento do TCC.

##### Seção II

##### Do Trabalho Final

Art. 27. O TCC da Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica é obrigatório como exigência para a conclusão do curso.

Parágrafo único. Somente poderá ser recebido o TCC do aluno que tenha obtido em todos os componentes curriculares nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

Art. 28. O desenvolvimento do TCC consiste na elaboração e produção da monografia, que deverá ser construído ao longo de todo o percurso formativo do(a) discente, em três momentos, com finalidades específicas:

§ 1º O primeiro momento, denominado de TCC I, com carga horária de quinze horas, acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum como objetivo de elaborar o plano de formação, a partir da definição de um tema de interesse.

§ 2º O segundo momento, denominado de TCC II, com carga horária de quinze horas, acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico como propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o plano de formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.

§ 3º O terceiro momento, denominado de TCC III, com carga horária de trinta horas, resultará na conclusão da monografia.

Art. 29. O TCC deverá ser encaminhado em formato digital aos membros da banca examinadora, no mínimo, vinte dias antes da data prevista para a apresentação.

§ 1º O formato digital a ser encaminhado será indicado pela Coordenação de Curso ou pela Secretaria de Curso a partir dos canais oficiais de comunicação do Curso.

§ 2º Os trabalhos serão testados para verificação de plágio, que, se confirmado, impossibilitará a apresentação.

Art. 30. O TCC será avaliado por uma banca examinadora, composta por orientador(a), dois membros titulares e um membro suplente.

§ 1º Os membros do *caput* deverão ser, no mínimo, mestres(as).

§ 2º A banca será presidida pelo(a) orientador(a) do TCC ou seu(sua) substituto(a), definido(a) pelo Colegiado de Curso.

§ 3º A data da apresentação presencial do TCC será definida pela Coordenação de Curso, sendo, preferencialmente, realizadas em sessões conjuntas e públicas.

Art. 31. No julgamento do TCC, será atribuído a menção aprovado(a) ou reprovado(a).

Parágrafo único. É vedado à Coordenação de Curso emitir documento comprobatório de conclusão de curso antes da homologação, pelo Colegiado do Curso, dos resultados da avaliação do TCC.

Art. 32. A entrega da cópia digital final do TCC, corrigido após as correções apontadas pela banca, será de, no máximo, trinta dias após a data da apresentação do TCC.

Art. 33. Discente e orientador(a) serão autores de quaisquer obras ou produtos derivados do TCC.

#### CAPÍTULO V

##### DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 34. O(A) discente será avaliado(a) de modo processual, em cada disciplina, sendo verificada a assiduidade e o aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

§ 1º Para fins de aprovação em cada disciplina, o(a) discente deverá:

I – apresentar 75% (setenta e cinco por cento) de frequência mínima às atividades didático-acadêmicas de cada disciplina; e

II – alcançar média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) em cada disciplina.

§ 2º O(A) professor(a) terá autonomia para definir as metodologias de ensino e de avaliação do desempenho acadêmico, que deverão estar explicitados no plano de curso.

§ 3º Os resultados da avaliação serão expressos por meio de conceitos excelente, bom, regular e insuficiente.

I – Serão considerados aprovados(as) os discentes que obtiverem conceitos regular, bom e excelente:

a) o conceito regular apresenta nota equivalente de 7,0 (sete vírgula zero) a 7,9 (sete vírgula nove);

b) o conceito bom apresenta nota equivalente de 8,0 (oito vírgula zero) a 8,9 (oito vírgula nove); e

c) o conceito excelente apresenta nota equivalente de 9,0 (nove vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

II – Serão considerados reprovados(as) os discentes que obtiverem conceito insuficiente, com nota equivalente de 0,0 (zero vírgula zero) a 6,9 (seis vírgula nove).

§ 4º A reprovação do(a) discente, em qualquer disciplina, implica seu imediato desligamento do curso.

§ 5º Terá direito à reposição de atividade e avaliação, o(a) discente que comprove impedimento legal ou motivo de doença, atestado por serviço médico.

§ 6º É obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação presencial, que deve corresponder a 60% (sessenta por cento) da Nota Final.

Art. 35. É assegurado ao aluno o direito a realizar recuperação do aproveitamento acadêmico em, no máximo, três disciplinas, desde que a(s) solicitação(ões) apresentada(s) seja(m) deferida(s) pela Coordenação.

#### CAPÍTULO VI

##### DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 36. Será permitido o aproveitamento de estudos realizados pelo aluno nesta ou em outras Instituições de Ensino Superior, desde que atendido o que disciplina a resolução nº 01, de 08 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Ensino – CNE, e a Resolução nº 05, de 25 de abril de 2022 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG.

#### CAPÍTULO VIII

##### DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO

Art. 37. Os certificados serão emitidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, acompanhados dos respectivos históricos escolares acadêmicos, dos quais constarão:

I – currículo do curso, relacionando-se, para cada disciplina, a sua carga horária, o nome do docente responsável e a respectiva titulação, bem como o conceito (nota) obtido pelo aluno;

II – forma de avaliação de aproveitamento adotado; e

III – período em que foi ministrado o curso e sua duração total em horas.

Art. 38. Para a obtenção do certificado de especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o(a) aluno(a) deverá ter atingido os seguintes requisitos:

I – ter frequentado, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas de cada disciplina;

II – ter sido aprovado em todas as disciplinas conforme os critérios de avaliação estabelecidos;

III – ter integralizado todas as disciplinas oferecidas conforme a estrutura curricular; e

IV – ter sido aprovado na apresentação do TCC.

Parágrafo único. Em caso de desistência, o(a) aluno(a) poderá solicitar uma declaração a respeito das disciplinas cursadas e nas quais obteve aprovação.

#### CAPÍTULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OU TRANSITÓRIAS

Art. 39. Os casos omissos no presente regulamento serão analisados pelo Colegiado do Curso ou pela Câmara Superior de Pós-Graduação e, em última instância, pelo Colegiado Pleno, obedecida à tramitação normal segundo as normas vigentes na UFCG.

Art. 40. Este regulamento passará a normatizar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização, denominado Curso de Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, após sua publicação.

(ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 09/2025)

**ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO LATO SENSU DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE CAJAZEIRAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**1. ESTRUTURA CURRICULAR**

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA
Módulo 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h)  Gestão; planejamen to, acompanha mento, monitorem ento e avaliação  2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	30
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	30
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	30
	TCC 2º Momento (15h)	Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	30
MÓDULO 3 (120h)  Diversidade na EPT Integral e Integrada  3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	30
		Gestão para a Inclusão e Diversidades	30
		Gestão para a Permanência e o Êxito	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

**2. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA**

**UNIDADES TEMÁTICAS: NÚCLEO COMUM**

**Unidade Temática:** Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

**Ementa:** Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

**Bibliografia básica:**

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. E-book. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

---

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&id=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e **Educação Profissional e Tecnológica**: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

---

#### **Bibliografia complementar:**

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p.202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24- 38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

---

**Unidade Temática:** Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

**Ementa:** As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero,

---

---

geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

---

#### **Bibliografia básica:**

- FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. Educação, Sociedade & Cultura, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 jan. 2024.
- GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf). Acesso em: 21 jan. 2024.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- PELLISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93-114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711-724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- 

#### **Bibliografia Complementar:**

- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan.2024.
- CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331- 355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica.
-

---

Holos, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazonia: Ensino Médio em foco**. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019\\_art\\_lsilvapnosella.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_lsilvapnosella.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.

---

#### Recursos Educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Sílvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte I. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL\_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jS\\_OzdTFwqM](https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM). Acesso em: 26 jan. 2024.

---

**Unidade Temática:** Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

---

**Carga Horária:** 30h

---

**Objetivo:** Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

---

**Ementa:** O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politécnica. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

---

#### Bibliografia básica:

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187- 205, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187- 205, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan.2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceitualização à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em**

---

---

**Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

---

#### **Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p.223-237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.- ago. 2019. Disponível em: [https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente\\_consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910](https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente_consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910). Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev.2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012\\_art\\_drmoura.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection.

Novas Investigações series, v. 9, pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

---

#### **Recursos educacionais:**

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhkA>. Acesso em: 30 jan 2024.

---

## UNIDADES TEMÁTICAS: NÚCLEO ESPECÍFICO

---

**Unidade Temática:** Gestão Educacional

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar. Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola. Refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas). Conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas. Compreender a relevância das relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo.

**Ementa:** Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

---

**Bibliografia básica:**

GRABOWSKI, Gabriel. Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestaoe-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaequalidadedoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

---

**Bibliografia complementar:**

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/100820/58121>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPEA, v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19144>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. RBPAE, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt\\_05\\_18.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf). Acesso em: 16 jan. 2024.

---

**Recursos educacionais:**

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado:** um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan.2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. Vamos avaliar? proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MÜLLER, Liliane Krebs Bessel; RAVÁSIO, Marcele Teixeira Homrich. Guia de orientações pedagógicas para o trabalho docente. Santo Ângelo: IFFar/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433803>. Acesso em: 09 jan. 2024.

---

**Unidade Temática:** Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT. Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil. Entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

**Ementa:** Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

**Bibliografia básica:**

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 50 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024

**Bibliografia complementar:**

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O 'pacto pela educação' e o mistério do 'todos': Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698169491>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). Vértices, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. Revista USP, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 23 jan. 2024.

**Recursos educacionais:**

COSTA, Alexandre Pereira; DANTAS, Aleksandre Saraiva. Curso de Extensão: Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais. Mossoró, RN: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717769>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MAZUR, Luciana de Souza; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/488>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da; TESSMANN, Martha Helena; LOPONTE, Luciana. Introdução ao orçamento público: a EPT no orçamento federal. Camaquã, RS: IFSul/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644729/2/Apostila.pdf>. 52 Acesso em: 09 jan. 2024.

---

**Unidade Temática:** Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.

**Ementa:** Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão

---

---

democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como lócus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

---

#### **Bibliografia básica:**

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. *Sociologias*, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPjDjHqQzWX37FySWp/?format=pdf> (=pt. Acesso em: 03 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf> (=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.40,n.6, p. 1145-62, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf> (=pt. Acesso em: 16 jan. 2024.

---

#### **Bibliografia complementar:**

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrlé. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. *Filosofia e Educação*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. *Além dos Muros da Universidade (ALEMUR)*, v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. *CONAE*, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n.2, 287-312, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKlKBwb/?format=pdf> (=pt. Acesso em: 23 jan. 2024

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. *Caderno de Pesquisa*, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional etecnológica: aproximações da literatura acadêmica. *Anais do 8º EPePe - Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco*. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO\\_EV167\\_MD1\\_SA105\\_ID79\\_17092021071800.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf). Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). *Vértices*, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14ed. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeYVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWMS7whnZl3BjvY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false>. Acesso em: 16 jan. 2024.

---

#### **Recursos educacionais:**

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Maurício. Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis. *Maceió: IFAL/ProfEPT*, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi; REIS, Márcio José dos. Guia Orientativo para a utilização do vídeo "IFSP: uma vivência para a democracia". São Paulo: IFSP/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574623>. Acesso em: 09 jan. 2024.

OLIVEIRA, Sheila Almeida; DUARTE NETO; José Henrique. Proposta de Gestão Democrática Escolar. Pernambuco: IFPE/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553345>. Acesso em: 09 jan. 2024.

---

-

---

**Unidade Temática:** Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica

---

---

**Carga Horária:** 30h

---

**Objetivo:** Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

---

**Ementa:** Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

---

**Bibliografia básica:**

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf>. Acesso em: 17jan. 2024.

NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. *Educação, Cultura e Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?format=pdf> (pt). Acesso em: 16 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271>. Acesso em: 23 jan.2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. Avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfgJfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf> (pt). Acesso em: 23jan. 2024.

---

**Bibliografia complementar:**

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf> (pt). Acesso em: 23jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. *VI CONEDU*, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. *Cadernos de Educação Básica*, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94>. Acesso em: 23jan. 2024.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. *Revista Lusófona de Educação*, Portugal, n. 35, p. 83-99, 2017. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5916>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. *Revista de Estudos Curriculares*, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). *Revista Conexão na Amazônia*, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília/SãoPaulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. 35ª Reunião Anual da Anped, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951\\_int.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951_int.pdf). Acesso em:23jan. 2024.

---

---

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. Olhar de professor. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: [https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209\\_209213380](https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209_209213380). Acesso em: 23 jan. 2020.

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC. Repositório IFSC. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. Cadernos de Educação, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRAVALLE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101\\_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 jan. 2024.

---

#### **Recursos educacionais:**

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM. Manaus: IFAM/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SERRÃO, Yoli Glenda da Silva, LIMA, Maria Francisca Morais de. Planejamento participativo: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. Manaus: IFAM/ProfEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573284>. Acesso em: 09 jan. 2024.

---

**Unidade Temática:** Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Conhecer e analisar os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado, bem como as possibilidades de instituição de políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral.

**Ementa:** Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

---

#### **Bibliografia básica:**

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71-85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

---

---

**Bibliografia complementar:**

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 17 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e 67 Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. *Educação e Realidade*, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtncwhwVSgfCpvd8qF/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. *Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. *Conedu*, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO\\_EV151\\_MD1\\_SA121\\_ID8774\\_29072021153757.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

---

**Recursos educacionais:**

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão: dialogando sobre uma 68 prática integradora. *ES: Ifes/ProfEPT*, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. Curricularização da Extensão: um olhar institucional. *Porto Alegre: IFRS/ProfEPT*, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Prática profissional integrada: ensino pesquisa e extensão no ensino médio integrado. *Porto Alegre: IFRS/ProfEPT*, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

-

---

**Unidade Temática:** Gestão para a Inclusão e Diversidade

---

**Carga Horária:** 30h

---

**Objetivo:** Compreender o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

---

**Ementa:** Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

---

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 23 jan. 2022. CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação e Sociedade*, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. *Revista da Associação*

---

---

Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_e\\_cultura\\_afro\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf). Acesso em: 25 abr. 2024

---

#### **Bibliografia complementar:**

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf⟨=pt](https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 17 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí? Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. Revista Teias – ProPed UERJ, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

---

#### **Recursos educacionais:**

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. Proposta Didática para Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. BOAS PRÁTICAS: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Acolher para Incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em:

---

-

**Unidade Temática:** Gestão para a permanência e o êxito

**Carga Horária:** 30h

**Objetivo:** Contribuir para o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

**Ementa:** Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento\\_orientador-evassao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019\\_pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento_orientador-evassao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019_pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 jan. 2024.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNntTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. REP - Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. Revista do TCU, v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. Periferia: Educação, Cultura & Comunicação, v. 15, p.1-22, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531>. Acesso em: 25 abr. 2024.

**Bibliografia complementar:**

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%20202014%20%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politic%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). Processos de transformação do mundo do trabalho. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-detransformacao-do-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA EPT: possibilidades de desafios do IFRS. Plurais –Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. Educação, Sociedade&Culturas, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na

---

rede estadual de ensino de Pernambuco. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: [https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/77\\_article/view/18194/9801](https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/77_article/view/18194/9801). Acesso em: 23 jan. 2024.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021\\_art\\_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf). Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse et al. Permanência e êxito no IFRS: Reflexões e práticas. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465>. Acesso em: 17 jan. 2024.

---

#### Recursos educacionais:

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. Guia de redução da evasão na EPT. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra. PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Manual de prevenção à evasão dos estudantes dos cursos médio técnico da rede federal de ensino: conhecer para permanecer. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

---

#### RESOLUÇÃO Nº 10/2025

Dá nova redação à Resolução nº 09, de 28 de novembro de 2024, da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG que aprova a criação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Acadêmico, da Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

Considerando a Resolução nº 03, de 30 de março de 2016, da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG que aprova a nova redação do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG;

Considerando a proposta de criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Acadêmico, a ser ofertado pela Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza – UACEN, do Centro de Formação de Professores – CFP, da UFCG;

Considerando as peças constantes no Processo SEI nº 23096.022396/2025-96; e

Considerando a urgência da matéria;

#### RESOLVE, *ad referendum*:

Art. 1º Dar nova redação à Resolução Nº 09, de 28 de novembro de 2024, da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG que aprova a criação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática – PPGEcIMa, *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Acadêmico, ofertado pela Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza – UACEN, do Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Parágrafo único. O Regulamento e a Estrutura Curricular do Programa, a que se refere o *caput*, passam a fazer parte da presente Resolução, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 18 de julho de 2025.

CLAUDIANOR OLIVEIRA ALVES

Presidente

(ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 10/2025)

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – PPGEcIMa

TÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA, DA CARACTERIZAÇÃO E DO OBJETIVO

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Educação Matemática funcionará segundo as normas do Regulamento Geral dos Cursos de Pós- Graduação *Stricto Sensu* desta Instituição de Ensino Superior.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática – PPGECiMa possui os seguintes objetivos:

I – qualificar profissionais graduados para o Ensino de Ciências da Natureza e a Educação Matemática, com ênfase na formação para a pesquisa na Educação Básica e no Ensino Superior;

II – conceder qualificação certificada, ao egresso, para o exercício da pesquisa, da produção de conhecimento científico e da docência;

III – capacitar profissionais em exercício ou habilitados nas áreas de Biologia, Física, Matemática, Química e Pedagogia, pautando-se nos aspectos epistemológicos, práticos e metodológicos, em termos de compreensão e utilização da Ciência e da Tecnologia, voltados à pesquisa sobre o ensino e a aprendizagem das Ciências da Natureza e da Matemática;

IV – formar pesquisadores em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática, comprometidos com a ética e com a produção do conhecimento, ancorados na educação científica e matemática;

V – colaborar com pesquisas, que impulsionem experiências pedagógicas e desenvolvimento de instrumentos didáticos, realizadas por docentes do Ensino de Ciências da Natureza e da Educação Matemática;

VI – contribuir com o aperfeiçoamento profissional a partir da inovação e aprimoramento da prática docente em Ciências da Natureza e Matemática, considerando os conteúdos específicos para a Educação Básica e o Ensino Superior;

VII – contribuir para a formação do docente pesquisador na área de Ciências da Natureza e Matemática, com adoção da tecnologia educacional e de ambientes virtuais de aprendizagens, que tenham repercussão na Educação Básica e no Ensino Superior;

VIII – colaborar com o desenvolvimento da pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Matemática, formando pesquisadores que atuem no atendimento dos desafios e das demandas da região, contribuindo com sua transformação social; e

IX – promover a articulação entre os saberes científicos, produzidos na pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Matemática, e a formação continuada de professores que atuam na Educação Básica e no Ensino Superior.

Art. 3º O PPGECiMa conferirá o título de Mestre(a) em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

Art. 4º O Curso de Mestrado Acadêmico, vinculado ao PPGECiMa, terá carga horária mínima de trezentas e sessenta horas e duração máxima de vinte e quatro meses, ofertado em períodos letivos, conforme calendário acadêmico do Programa.

Art. 5º O Curso de Mestrado do PPGECiMa terá o limite mínimo de vinte e dois créditos para integração curricular, sendo dezesseis créditos em disciplinas obrigatórias e oito em disciplinas optativas, além do cumprimento de atividades curriculares obrigatórias de que trata o art. 31, *caput*, Inciso III.

Art. 6º O PPGECiMa tem área de concentração em Ensino de Ciências e Matemática, que se dedica ao estudo dos seguintes temas:

I – questões sociocientíficas, políticas, culturais e ambientais relacionados à área, abrangendo debates sobre a formação inicial e continuada de professores, desenvolvimento profissional docente, propostas curriculares, o ensino e a aprendizagem;

II – análise e produção de materiais didáticos, considerações históricas, filosóficas e sociológicas nas ciências, alfabetização e educação científica e tecnológica, metodologias ativas, tecnologias digitais da informação e comunicação; e

III – análise de temáticas tradicionais, emergentes e fundamentais para as pesquisas na área de Ensino de Ciências e Educação Matemática, em espaços escolares ou não escolares, e modalidades de ensino diversas.

Art. 7º O PPGECiMa está organizado com as seguintes Linhas de Pesquisa:

I – linha de pesquisa 1 (L1) – Ensino de Ciências da Natureza, fundamentada no entendimento da função sociopolítica, cultural, ambiental e ético-moral das Ciências da Natureza, para envolvimento ativo e consciente na sociedade, com senso de responsabilidade, baseada nos seguintes preceitos:

a) concentração em pesquisas que visam aprofundar o debate sobre o papel social do Ensino de Ciências da Natureza, realizadas visando as várias correntes de abordagens teóricas, filosóficas, sociológicas, metodológicas e epistemológicas;

b) enfoque na formação de professores que lecionam Ciências da Natureza, nos contextos históricos, sociais, culturais e pedagógicos, que moldam as diretrizes curriculares ao ensino das Ciências da Natureza, nas abordagens

educacionais e inovações no âmbito didático metodológico das Ciências da Natureza, o ensinar e aprender as Ciências da Natureza, na escola, bem como a diversidade cultural e o intercâmbio de conhecimentos com as Ciências;

c) escopo que abrange tanto a Educação Básica quanto o Ensino Superior, em diversas realidades e ambientes; e

d) busca da compreensão do Ensino de Ciências da Natureza, a partir dos temas: formação de professores, modalidades didáticas, currículo em Ciências, alfabetização científica, educação científica, educação CTS, educação ambiental, educação em ciências contextualizadas e tecnologias digitais.

II – linha de pesquisa 2 (L2) – Educação Matemática, sustentada na concepção do encargo sociopolítico, cultural, ambiental e ético-moral da Matemática, para engajamento ativo no meio social com consciência crítica, que abrange:

a) pesquisas em Educação Matemática, explorando a interligação de conhecimentos gerados a partir das várias correntes teóricas, filosóficas, sociológicas, metodológicas e epistemológicas;

b) aspectos históricos, políticos, sociais e culturais que favorecem o surgimento desses movimentos e são objeto de investigação, visando entendê-los em suas complexidades;

c) análise de dificuldades, restrições e oportunidades de colaboração para a formação de educadores de Matemática, as propostas curriculares, as abordagens pedagógicas e as mudanças no âmbito didático metodológico, os processos de ensino e aprendizagem em Matemática, em espaços e realidades distintas, na Educação Básica e no Ensino Superior; e

d) as temáticas de interesse com foco na Matemática, como: a formação de professores, desenvolvimento profissional docente, práticas curriculares, recursos e materiais didáticos, desenvolvimento cognitivo de conceitos, avaliação para a aprendizagem, metodologias ativas e tecnologias digitais.

## CAPÍTULO II

### DA REALIZAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO

Art. 8º O Curso de Mestrado do PPGEiMa será ofertado pela UACEN/CFP/UFCG.

Art. 9º O corpo docente (permanente, colaborador e visitante) deverá ser constituído por profissionais com titulação mínima de doutor, obtida em programa de pós-graduação *Stricto Sensu*, reconhecido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Profissionais doutores(as) de outras instituições poderão ser convidados(as) para compor o corpo docente mediante experiência e produção intelectual relevantes, nas áreas de Ensino de Ciências e Educação Matemática, além de atendimento à regulamentação da UFCG e orientações da Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

§ 2º A regulamentação da permanência de docentes e pesquisadores(as) no corpo docente será estabelecida conforme os artigos compreendidos entre os art. 67 ao art. 77 desta Resolução.

## TÍTULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO DO PPGEiMa

#### CAPÍTULO I

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10. O PPGEiMa seguirá as normativas da Legislação Federal aplicável, do Estatuto e do Regimento Geral da UFCG, e das Resoluções da Câmara Superior de Pós-Graduação – CSPG, assim como dos demais Órgãos Deliberativos Superiores da UFCG.

Art. 11. O PPGEiMa terá a seguinte estrutura administrativa:

I – Colegiado, como órgão deliberativo;

II – Coordenação, como órgão executivo; e

III – Secretaria, como órgão de apoio administrativo.

## CAPÍTULO II

### DO COLEGIADO

Art. 12. O Colegiado do PPGEiMa é o órgão com função deliberativa, para a coordenação didática e financeira, sendo constituído de:

I – Coordenador(a) do Programa, como seu(sua) presidente;

II – quatro docentes permanentes do Programa, representantes das linhas de pesquisa;

III – dois(duas) representantes técnico-administrativos; e

IV – dois(duas) representantes discentes, matriculados(as) no Programa.

§ 1º Os(As) docentes visitantes e colaboradores(as) têm permissão para participarem das reuniões do Colegiado, com direito a expressar suas opiniões, mas sem direito a voto.

§ 2º O Colegiado contará com a participação de dois(duas) representantes discentes, escolhidos(as) entre seus pares, por meio de eleição, com mandato de um ano, sendo permitida a recondução por um mandato subsequente.

§ 3º Na composição do Colegiado do PPGEiMa será considerada a paridade de gênero entre todas as categorias de representação (docente, técnico-administrativo e discente).

Art. 13. Ao Colegiado do Programa, compete:

I – coordenar, orientar e supervisionar o funcionamento didático e orçamentário do Curso de Mestrado;

II – propor alterações na estrutura curricular e no Regulamento do Programa, à Câmara de Pós-Graduação, por meio da PRPG;

III – elaborar a lista de disciplinas que compõem a estrutura curricular do Curso, a serem ofertadas aos(as) discentes do Programa, em cada período letivo;

IV – aprovar a oferta de outras atividades curriculares obrigatórias, creditáveis para a integralização curricular, incluindo cargas horárias, número de créditos e condições de creditação, quando for o caso;

V – estabelecer as prioridades de matrícula entre os(as) discentes solicitantes, respeitando os limites de vagas;

VI – avaliar as sugestões do Conselho Administrativo – CONSAD, do CFP, dos(as) docentes e dos(as) discentes, referentes ao funcionamento do Programa;

VII – emitir pronunciamento sobre atos praticados pelo(a) Coordenador(a), quando se fizer necessário;

VIII – emitir parecer sobre infrações disciplinares de discentes e encaminhá-lo, quando necessário, aos órgãos competentes;

IX – decidir, em primeira instância, sobre os recursos apresentados por discentes, via processo eletrônico institucional, relacionados a assuntos acadêmicos deste Curso;

X – opinar sobre quaisquer outras questões de interesse do Programa, encaminhadas pela UACEN ou pela Administração Superior;

XI – apoiar a Coordenação do Programa no desempenho de suas responsabilidades;

XII – aprovar nomes dos membros das bancas de qualificação e de defesa, indicados(as) pelos(as) orientadores(as), e das demais comissões para execução de outros tipos de atividades, considerando a paridade de gênero, a diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência nessas bancas e comissões;

XIII – construir um plano estratégico de gestão que inclua diretrizes, metas e detalhes sobre a captação e utilização de recursos por meio de editais públicos;

XIV – elaborar um plano de publicações e um plano para a elaboração e execução de projetos de pesquisa envolvendo os docentes do programa;

XV – analisar e homologar a proposta de edital do processo seletivo, elaborada pela Comissão de Processo Seletivo;

XVI – distribuição de bolsas; e

XVII – cumprir as demais atribuições determinadas pelo Regimento Geral da UFCG, por Resoluções da CSPG/UFCG e por este Regulamento.

Parágrafo único. O Colegiado poderá nomear um(a) docente ou estabelecer uma comissão especial, com paridade de gênero e com caráter permanente ou transitório, para emitir parecer ou tomar decisões sobre assuntos relacionados às suas atribuições, excluindo mudanças no Regulamento e na escolha do Coordenador do Programa.

Art. 14. O Colegiado do Programa reunir-se-á sempre que necessário, contando com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões serão convocadas pela Presidência do Colegiado ou por requerimento de metade mais um de seus membros, indicados os motivos da convocação.

§ 2º As deliberações do Colegiado do Programa serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

§ 3º O comparecimento às reuniões terá prioridade sobre outras atividades.

§ 4º A ausência injustificada a três reuniões consecutivas implicará a solicitação de substituição do(a) representante faltoso(a), pelo Coordenador(a) do Curso ao Diretor(a) do respectivo Centro, na forma prevista no Regulamento dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Art. 15. Além das constantes no Regimento Geral da UFCG, são atribuições do Colegiado do Programa:

I – aprovação, com base na legislação pertinente, das indicações de docentes, feitas pela Coordenação do Programa, para realizarem atividades concernentes:

a) à seleção de candidatos(as);

b) ao aproveitamento de estudos;

c) à orientação ou avaliação do Trabalho Final de Curso (Dissertação); e

d) ao estabelecimento de mecanismo de acompanhamento e avaliação do Programa.

II – decisão sobre desligamento de discentes do Programa;

III – homologação das decisões, para o cumprimento do inciso I; e

VI – deliberação, em primeira instância, sobre os recursos apresentados quanto aos atos emanados dos(as) docentes e da Coordenação do Programa.

Parágrafo único. Das decisões deste Colegiado caberá recurso à CSPG/UFCG, via processo eletrônico institucional.

### CAPÍTULO III

## DA COORDENAÇÃO

Art. 16. O Programa terá um(a) Coordenador(a), indicado(a) dentre os(as) docentes permanentes do PPGEiMa, homologado(a) pelo seu colegiado e designado(a) pelo Coordenador(a) Administrativo(a) da UACEN/CFP/UFCG.

§ 1º A Coordenação será exercida por um(a) docente escolhido(a) dentre seus pares do quadro permanente do PPGEiMa, conforme o estabelecido nos dispositivos legais da UFCG.

§ 2º O(A) Coordenador(a) terá um mandato de dois anos, permitida uma recondução, mediante nova consulta ou escolha.

§ 3º Um(a) docente do Colegiado do Programa substituirá o(a) Coordenador(a) em suas ausências ou impedimentos.

§ 4º O(A) Coordenador(a) não poderá assumir, concomitantemente, a Coordenação de outro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na UFCG, nem fora dela.

§ 5º Em caso de vacância do cargo de Coordenador(a), em qualquer período do mandato, um(a) docente do Colegiado assumirá, interinamente, a Coordenação do Curso e convocará reunião, no prazo de até três meses, para a escolha de novo(a) Coordenador(a).

§ 6º O(A) Coordenador(a) deverá possuir a titulação mínima de Doutor(a), pertencer ao quadro docente permanente do PPGEiMa e ter disponibilidade para cumprir as exigências deste Programa.

Art. 17. Compete ao(à) Coordenador(a), além das atribuições constantes no Regimento Geral da UFCG:

- I – conduzir as atividades administrativas do Programa;
- II – disponibilizar o calendário acadêmico do Programa, a ser homologado pelo Colegiado;
- III – exercer a coordenação da matrícula, no âmbito do Curso;
- IV – submeter os processos de aproveitamento de estudos ao Colegiado do Programa;
- V – responsabilizar-se pela execução dos serviços acadêmicos, de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos centrais competentes;
- VI – encaminhar, anualmente, à PRPG, a relação atualizada dos(as) docentes ativos(as) que integram o corpo docente do Programa, por categoria – permanentes, colaboradores(as) e visitantes – regime de trabalho, titulação e Unidade Acadêmica de lotação ou a instituição de origem, se for o caso;
- VII – remeter, ao setor competente da PRPG, todos os dados referentes ao Curso de Mestrado, no prazo máximo de trinta dias após seu início;
- VIII – convocar reuniões do colegiado e exercer a sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto;
- IX – representar o Colegiado do Programa perante os Órgãos da Universidade;
- X – preencher a plataforma de avaliação dos programas, na Capes;
- XI – executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Curso;
- XII – encaminhar, à Direção do CFP, as Resoluções do Colegiado do Programa que dependam de aprovação superior;
- XIII – tomar as medidas necessárias ao pleno funcionamento do Curso de Mestrado;
- XIV – providenciar, perante a Direção do CFP, a alocação de recursos atribuídos ao Programa;
- XV – acompanhar e avaliar a execução curricular;
- XVI – comunicar quaisquer irregularidades à Direção do Centro e solicitar medidas para corrigi-las;
- XVII – cumprir as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade; e
- XVIII – supervisionar os(as) discentes especiais matriculados(as) no Programa.

## CAPÍTULO IV

### DA SECRETARIA

Art. 18. A Secretaria é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto do Programa, imediatamente vinculada à Coordenação.

Art. 19. Compete ao(à) Secretário(a), além de outras atribuições conferidas pelo(a) Coordenador(a):

- I – instruir os candidatos no preenchimento dos requerimentos de inscrição e de matrícula;
- II – manter os documentos de inscrição dos candidatos classificados no processo seletivo, da matrícula de discentes e toda a documentação de interesse do Programa, em arquivo;
- III – manter o cadastro dos docentes e discentes, atualizado; e
- IV – secretariar as reuniões do Colegiado e as sessões de apresentação dos Trabalhos Finais.

## TÍTULO III

### DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

#### CAPÍTULO I

#### DA ADMISSÃO AO PROGRAMA

##### Seção I

##### Da Inscrição

Art. 20. Para a inscrição dos(as) candidatos(as) à seleção do PPGEciMa, exigir-se-ão:

I – formulário de inscrição, via processo eletrônico institucional, devidamente preenchido;

II – cópia do diploma do curso de graduação em Licenciatura, no âmbito das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), da Matemática e da Pedagogia, em data que anteceda o início das aulas do Programa;

III – caso o diploma não esteja ainda disponível, o certificado de conclusão da graduação, ou declaração de integralização curricular e aguardando colação de grau, datado e assinado pela coordenação de curso da Instituição de Ensino Superior – IES, será aceito, em caráter provisório, indicando que o(a) candidato(a) finalizou todas as etapas para obtenção do diploma e que o mesmo está sendo emitido pela Instituição.

IV – cópia do histórico acadêmico com código de autenticação pela instituição de origem.

V – tabela de pontuação dos títulos (anexada ao Edital de Seleção), devidamente preenchida, e Currículo Lattes, com documentos comprobatórios;

VI – declaração de que o(a) candidato(a) atesta a veracidade das informações e dos documentos anexados ao processo de inscrição;

VII – cópia da Carteira de Identidade e do CPF, para candidatos(as) brasileiros(as), ou cópia do Passaporte, para candidatos(as) estrangeiros(as);

VIII – comprovante de quitação com o Serviço Militar, para candidatos brasileiros do sexo masculino;

IX – comprovante de quitação eleitoral, para candidatos(as) brasileiros(as);

X – comprovante de pagamento taxa de inscrição, no valor vigente e na forma estabelecida pela UFCG; e

IX – proposta de Projeto de Pesquisa.

§ 1º Os requisitos listados neste artigo, bem como o período de inscrição, constarão em Edital, homologado pelo Colegiado do Programa, e cujo aviso será publicado no site oficial desta Universidade.

§ 2º A Coordenação do Programa deferirá o pedido de inscrição dos(as) candidatos(as), à vista da regularidade da documentação apresentada, publicando a relação das inscrições deferidas e indeferidas no sítio eletrônico do CFP/UFCG.

§ 3º Da decisão do(a) Coordenador(a), caberá recurso ao Colegiado do Programa, no prazo máximo de dois dias, após a publicação da relação de que trata o § 2º, sem efeito suspensivo.

## **Seção II Da Seleção**

Art. 21. O Processo Seletivo dos(as) candidatos(as) será realizado por uma Comissão designada pela Coordenação do Curso, composta de, pelo menos, quatro docentes, todos(as) vinculados(as) ao PPGEciMa.

§ 1º Para a composição da Comissão de Processo Seletivo, será considerada a paridade de gênero entre os seus membros.

§ 2º O Colegiado do Programa deverá informar à Comissão de Processo Seletivo:

I – o número de vagas ofertadas, de ampla concorrência e de cotas;

II – o período de inscrição e de seleção;

III – os critérios de avaliação das etapas eliminatórias e classificatória;

IV – a tabela de pontuação dos títulos;

V – os procedimentos para preenchimento de possíveis vagas remanescentes;

VI – o local e o calendário de divulgação dos resultados; e

VII – o semestre de ingresso no Curso.

§ 3º O Processo Seletivo, no PPGEciMa, será feito mediante publicação de Edital de Seleção e Admissão, na página eletrônica oficial da UFCG.

§ 4º Considerando as Resoluções CSPG/UFCG nº 02, de 17 de julho de 2020 e nº 07, de 27 de agosto de 2021, que estabelecem a Política de Ações Afirmativas nos Programas e Cursos de Pós-Graduação da UFCG, em todo processo seletivo para ingresso de novas turmas, o PPGEciMa destinará:

I – 20% (vinte por cento) das vagas, para pessoas negras e para pessoas trans (transexuais, transgêneros(as) e travestis);

II – 5% (cinco por cento) das vagas, para pessoas indígenas ou quilombolas; e

III – 5% (cinco por cento) das vagas, para pessoas com deficiência.

§ 5º Os detalhes a respeito dos procedimentos relativos à heteroidentificação e à comprovação de autodeclaração serão incluídos no Edital de Seleção.

Art. 22. O Processo Seletivo, cumulativamente eliminatório e classificatório, constará de quatro etapas:

I – prova escrita;

II – análise da proposta de Projeto de Pesquisa concernente à área de concentração do Programa e suas Linhas de Pesquisa, enviado no ato da inscrição;

III – entrevista; e

IV – análise do Currículo Lattes, com as devidas comprovações.

§ 1º A prova escrita, a análise da proposta de Projeto de Pesquisa e a entrevista possuem caráter eliminatório, e a análise do currículo será de caráter classificatório.

§ 2º Somente o(a) candidato(a) que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), nas etapas eliminatórias, estará apto(a) para participar da análise do currículo.

§ 3º A relação das notas obtidas, pelos(as) candidatos(as), em cada etapa eliminatória, será publicada em local visível da UACEN e, também, no site do CFP/UFCEG.

§ 4º Após a publicação da relação de que trata o § 3º, caberá recurso à Comissão de Processo Seletivo (primeira instância), ao Colegiado do Programa (segunda instância), e à CSPG/UFCEG (terceira instância), no prazo máximo de quarenta e oito horas, subseqüentemente, sem efeito suspensivo.

Art. 23. O Edital de Seleção e Admissão de candidatos, além de estabelecer os critérios e a forma do processo seletivo, poderá exigir a apresentação de outros documentos, além dos indicados no art. 20 deste Regulamento.

Art. 24. O número de vagas ofertadas, para cada turma, será definido pelo Edital referido no art. 23, homologado pelo Colegiado do Programa, de acordo com a disponibilidade de docentes orientadores(as), considerando as recomendações da Capes do Ministério da Educação.

### **Seção III Da Matrícula**

Art. 25. Será assegurada a matrícula dos candidatos aprovados no processo seletivo, obedecidas à ordem de classificação e o limite de vagas ofertadas.

Parágrafo único. Para ser admitido, como discente regular, o candidato classificado na seleção, deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Diploma ou Certificado de Conclusão do curso de graduação, em Licenciatura, conforme art. 20, *caput*, incisos II e III;

II – comprovação de serviço militar ou reservista, para candidatos brasileiros do sexo masculino; e

III – título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou declaração de quitação eleitoral, para candidatos(as) brasileiros(as).

Art. 26. Os(As) candidatos(as) classificados(as) deverão efetuar matrícula na Secretaria do Programa, após a publicação do resultado, no prazo fixado pela Coordenação, conforme divulgado.

§ 1º A não efetivação da matrícula, no prazo fixado, implica a desistência do candidato em relação ao Curso, bem como a perda de todos os direitos adquiridos pela classificação, no processo seletivo.

§ 2º No caso de desistência de candidatos(as) classificados(as), a Coordenação poderá convocar candidatos(as), aprovados(as) e não classificados(as), para ocuparem as vagas existentes, desde que preencham as condições de seleção.

§ 3º Não será permitida matrícula concomitante em mais de um curso de pós-graduação *stricto sensu* na UFCEG.

§ 4º Buscando assegurar a permanência dos estudantes que integram as políticas de ações afirmativas, aprovados e classificados na seleção, o Colegiado priorizará a disposição de bolsas, seguindo a seqüência estabelecida pelas Resoluções que tratam desta temática, descrita a seguir:

I – pessoas indígenas e quilombolas;

II – pessoas autodeclaradas e heteroidentificadas como negras e pessoas trans (transexuais, transgêneros(as) e travestis); e

III – demais pessoas aprovadas.

Art. 27. Será permitido o cancelamento de disciplinas após a data de encerramento da matrícula, no respectivo período, desde que a carga horária da(s) disciplina(s) a ser(em) cancelada(s) não ultrapasse 1/3 (um terço) da carga horária total das disciplinas, em que o(a) discente tenha se matriculado.

Art. 28. A critério do Colegiado, poderá ser aceita a matrícula em disciplinas isoladas.

§ 1º Os créditos obtidos em disciplinas isoladas serão computados, quando da efetivação da matrícula regular, após aprovação no processo de seleção e admissão, obedecendo ao exposto nas Resoluções da CSPG/UFCEG.

§ 2º O(A) discente poderá cursar, no máximo, oito créditos eletivos em disciplina isolada.

§ 3º O(A) discente matriculado(a) em disciplina isolada não terá vínculo com este Programa de Pós-Graduação.

§ 4º Poderão se matricular em disciplina isolada, discentes concluintes nos cursos de graduação descritos no art. 20, *caput*, inciso II.

### **Seção IV Do Funcionamento**

Art. 29. Em respeito às Resoluções vigentes da CSPG/UFCEG, este Curso de Mestrado terá a duração mínima de doze meses e máxima de vinte e quatro meses, contados a partir da data da matrícula inicial no Curso até a data da efetiva defesa da Dissertação.

§ 1º Nos casos devidamente justificados e com parecer de concordância do(a) orientador(a), os(as) discentes poderão requerer:

- I – prorrogação de prazo para a conclusão do Curso de mestrado, por até seis meses; e
- II – trancamento de matrícula, por um período máximo de seis meses, não sendo, esse período, considerado para efeito de contabilização do prazo máximo, exigido para a conclusão do Curso, instruído com:
  - a) requerimento do discente, em que conste justificativa da necessidade de trancamento de vínculo e anuência do(a) orientador(a);
  - b) indicação do período que pretende trancar; e
  - c) cronograma de pesquisa reelaborado, referente ao tempo restante do prazo para conclusão do Curso.

§ 2º É vedado o trancamento durante o período de prorrogação de prazo de conclusão.

§ 3º Caberá ao colegiado do Programa decidir sobre os pedidos de prorrogação e de trancamento.

Art. 30. O(A) discente será desligado do Curso, conforme decisão do Colegiado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- I – não defender a Dissertação dentro do prazo máximo de permanência no Curso;
  - II – ser reprovado duas vezes na mesma ou em duas disciplinas distintas, durante a integralização do Curso;
  - III – obtiver, em qualquer período letivo, CRA inferior a 6,0 (seis vírgula zero);
  - IV – no caso de prorrogação, não defender a Dissertação até o prazo final estabelecido;
  - V – no caso de trancamento de matrícula, não renovar sua matrícula em até quinze dias depois de esgotado o período do trancamento;
  - VI – ter sido reprovado(a) no exame de qualificação ou pré-banca;
  - VII – não tiver integralizado seu currículo no prazo máximo estabelecido; ou
  - VIII – não ter apresentado comprovação de Exame de Proficiência em Língua Estrangeira.
- Parágrafo único. O(A) discente desligado(a) do Programa somente poderá voltar a se matricular, após aprovação em novo processo de seleção e admissão.

## CAPÍTULO II DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

### Seção I

#### Da Organização Curricular

Art. 31. Os componentes curriculares que compõem a estrutura curricular deste Programa serão assim definidos:

- I – disciplinas obrigatórias, reduzidas ao núcleo mínimo exigido pelos objetivos gerais do Curso de Mestrado e necessários para imprimir-lhe unidade, bem como o Estágio e Magistério Superior (Estágio Docência);
- II – disciplinas optativas, que permitirão a complementação do currículo; e
- III – atividades curriculares obrigatórias, tais como Estudos de Orientação e Acompanhamento, Exame de Proficiência em Língua Estrangeira, Exame de Qualificação e Trabalho Final de Curso.

Art. 32. Cada crédito corresponde a quinze horas de aulas teóricas ou a trinta horas de aulas práticas, conforme o art. 39. da Resolução CSPG/UFMG nº 03, de 30 de março de 2016.

Art. 33. Para a obtenção do grau de Mestre(a), o(a) discente deverá integralizar, pelo menos, dezesseis créditos em disciplinas obrigatórias e oito créditos em disciplinas optativas, além do cumprimento das demais atividades curriculares obrigatórias.

Parágrafo único. Publicações de artigos em estratos superiores, conforme o sistema de classificação adotado pela Capes, na área de Ensino, poderão somar créditos às demais atividades curriculares obrigatórias, desde que o(a) discente seja o(a) primeiro(a) autor(a).

Art. 34. A organização curricular do Programa está embasada nos objetos de estudo da Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Matemática, no contexto da educação brasileira, considerando, também, as peculiaridades educacionais regionais.

Art. 35. No início de cada disciplina obrigatória e optativa, o docente deverá apresentar o respectivo Plano de Curso, no qual deverão constar ementa, objetivos, conteúdo, metodologia de ensino, modalidade, instrumentos de avaliação e referências bibliográficas.

Art. 36. A carga horária mínima do Curso será computada de acordo com os componentes curriculares ministrados, não se considerando o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, nem das atividades curriculares obrigatórias de Estudos de Orientação e Acompanhamento, Exame de Proficiência em Língua Estrangeira, Exame de Qualificação e Trabalho Final de Curso.

### Seção II

#### Do Exame de Qualificação

Art. 37. O Exame de Qualificação é o momento pedagógico de socialização do Projeto de Dissertação, com avaliadores(as) externos à relação orientador(a)-orientando(a), visando a sua validação, análise crítica e contribuições para o aperfeiçoamento da pesquisa.

§ 1º Entende-se o Exame de Qualificação como um momento pedagógico necessário para o aprimoramento do processo de formação acadêmica do(a) pesquisador(a) em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

§ 2º O Exame de Qualificação deve ocorrer até o décimo terceiro mês do Curso, sendo o(a) orientador(a) da pesquisa o(a) responsável exclusivo pela organização da Comissão Examinadora, para avaliação e emissão de parecer.

Art. 38. Os(as) discentes terão um prazo máximo de trinta dias, a contar da data de depósito do Projeto, para se submeterem ao Exame de Qualificação.

Art. 39. O Projeto de Dissertação, apresentado no Exame de Qualificação, deverá conter, necessariamente, os seguintes itens:

- I – definição do objeto de pesquisa;
- II – elementos teóricos que dão suporte ao projeto;
- III – definição dos procedimentos metodológicos; e
- IV – indicação da bibliografia referenciada.

Art. 40. O(A) discente deverá encaminhar seu Projeto de Dissertação à Coordenação do Programa, entre o oitavo e o décimo segundo mês do Curso, acompanhado de documento de seu(sua) orientador(a), autorizando que o Projeto seja submetido ao Exame de Qualificação.

Art. 41. A Comissão Examinadora da Qualificação será composta de, no mínimo, três e, no máximo, quatro docentes, devendo pelo menos um deles ser membro externo ao Programa.

§ 1º O(A) orientador(a) será um dos membros da Comissão Examinadora e seu presidente.

§ 2º Todos os membros da Comissão Examinadora devem possuir o título de Doutor(a).

§ 3º Na composição desta Comissão Examinadora, será considerada a paridade de gênero, da diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência entre os seus membros.

Art. 42. A Comissão Examinadora da Qualificação será homologada pelo Colegiado do Programa.

Art. 43. Encerrado o Exame de Qualificação, a Comissão Examinadora deverá atribuir, ao(à) discente, uma das seguintes menções:

- I – projeto qualificado;
- II – projeto não qualificado; ou
- III – projeto qualificado, com ressalvas.

Art. 44. O projeto será considerado qualificado, quando receber a menção “projeto qualificado” da maioria dos membros da Comissão.

Art. 45. A menção “projeto qualificado, com ressalvas” poderá ser atribuída, caso o projeto apresentado necessite de algumas alterações, desde que não comprometam o objeto de estudo.

Parágrafo único. O(A) discente deverá submeter o projeto a um novo Exame de Qualificação, perante a mesma Comissão Examinadora, no prazo máximo de trinta dias, na situação que trata o *caput*.

Art. 46. A Comissão Examinadora emitirá, ao final do Exame, um parecer escrito e assinado por todos os membros da Comissão, segundo modelo fornecido pela Secretaria do Programa.

Parágrafo único. Esse parecer deverá ser homologado pelo Colegiado do Programa.

### **Seção III**

#### **Do Trabalho Final de Curso**

Art. 47. A Dissertação, um dos requisitos obrigatórios para obtenção do Diploma de Mestrado, será elaborada, individualmente, pelo(a) discente, contando com a orientação de um(a) docente do Curso.

§ 1º Por solicitação do(a) orientador(a), via processo eletrônico institucional, o Colegiado poderá aprovar a indicação de coorientador(a) externo(a) ao corpo docente do Curso, podendo ser de outra instituição, desde que observados os seguintes critérios:

- I – ser pesquisador(a) da área de concentração do Programa;
- II – possuir a titulação mínima de doutor(a);
- III – assumir o encargo, sem qualquer remuneração pecuniária;
- IV – apresentar carta compromisso de coorientação do(a) discente, explicitando a carga horária destinada a esta atividade; e
- V – possuir disponibilidade para participação nos momentos coletivos de apresentação e discussão da Dissertação.

Art. 48. A formação da Comissão Examinadora da Dissertação contará com, no mínimo, três e, no máximo, quatro membros titulares, além de dois membros suplentes, devendo, pelo menos, um membro titular e um membro suplente, serem externos ao Programa.

§ 1º O(A) orientador(a) será um dos membros da Comissão Examinadora e seu presidente.

§ 2º Na composição da Comissão Examinadora, será considerada a paridade de gênero, da diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência entre os seus membros.

§ 3º A Comissão Examinadora, titulares e suplentes, será aprovada e homologada pelo Colegiado, observando-se as exigências contidas nas Resoluções da CSPG/UFMG.

Art. 49. A Dissertação, versando sobre temáticas abordadas no Curso, deverá evidenciar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização.

§ 1º A defesa da Dissertação exige a integralização prévia de todos os Componentes Curriculares do Curso.

§ 2º A defesa da Dissertação ocorrerá em sessão pública, realizada considerando o prazo estabelecido para conclusão do Curso, conforme orienta este Regulamento.

Art. 50. A solicitação de defesa deve ocorrer no prazo mínimo de trinta dias, que devem anteceder a data da defesa.

Art. 51. Para fins de avaliação, o(a) discente deverá encaminhar sua Dissertação em arquivo de mídia digital, via processo eletrônico institucional, à Coordenação do Programa e aos membros da Comissão Examinadora, em um prazo de, no mínimo, trinta dias antes da data prevista para a apresentação.

Parágrafo único. Caso seja comprovada a existência de plágio no trabalho de Dissertação, o(a) discente será reprovado(a) e desligado(a) do Programa, com deliberação de seu Colegiado.

Art. 52. A Dissertação deverá ser estruturada no estilo de texto monográfico ou no formato *multipaper*, de acordo com as normas da ABNT, contendo as seguintes partes:

I – elementos pré-textuais, que incluem capa, folha de rosto, resumos, sumário, entre outros opcionais;

II – parte textual, que abrange introdução, revisão da literatura divididas em capítulos, metodologia, resultados, discussão e considerações finais (apenas para o estilo monográfico);

III – parte textual, que abrange introdução geral, capítulos em formato de artigos científicos, e conclusão geral (apenas para o formato *multipaper*); e

IV – elementos pós-textuais, que incluem referências, glossário (opcional), apêndice (opcional), anexo (opcional) e índice (opcional).

Parágrafo único. A critério do(a) orientador(a), outros formatos para a estrutura da Dissertação poderão ser utilizados, desde que aprovados pelo Colegiado do Programa.

Art. 53. A avaliação da Dissertação competirá a uma Comissão Examinadora, aprovada pelo Colegiado do Programa, cuja composição foi mencionada no art. 48 deste Regulamento.

§ 1º Os membros da Comissão de que trata o *caput* deverão ser portadores(as), no mínimo, de título de doutorado.

§ 2º A comissão examinadora deverá ser presidida pelo(a) orientador(a) ou pelo(a) Coorientador(a) da Dissertação.

§ 3º A data para a defesa da Dissertação será determinada pela Coordenação do Programa, ouvido(a) o(a) orientador(a), e ocorrerá em até trinta dias, contados a partir da recepção do arquivo da Dissertação, disponibilizado aos(às) membros da Comissão Examinadora, conforme disposto no art. 51, *caput*, desta Resolução.

Art. 54. Encerrada a defesa, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado a ser atribuído ao(à) candidato(a) ao grau de Mestre(a), considerando as seguintes menções:

I – aprovado(a) com distinção;

II – aprovado(a); ou

III – reprovado(a).

§ 1º Para fins do resultado final da avaliação, considerar-se-á a menção atribuída pela maioria dos membros da Comissão Examinadora.

§ 2º Fica vedado, à Coordenação do Curso, emitir qualquer documento comprobatório de conclusão de curso, antes da homologação, pelo Colegiado, dos resultados da avaliação da Dissertação.

Art. 55. Após a apresentação da Dissertação, o(a) discente deverá realizar as correções, considerando os apontamentos da Comissão Examinadora, quando necessárias, e entregar a versão final em meio eletrônico (via processo eletrônico institucional), no formato pdf, à Coordenação do Programa, em um prazo máximo de até trinta dias, a contar da data de apresentação.

§ 1º Será condição para aceite da versão final:

I – apresentar as cópias de que trata o *caput*, acompanhadas de declaração do(a) orientador(a), atestando a realização das correções exigidas, nos casos em que a Comissão Examinadora determinar reformulações;

II – conter a ficha catalográfica, digitalizada, emitida pela Biblioteca do Centro e a folha de homologação da Comissão Examinadora; e

III – apresentar documento que comprove a publicação da Dissertação em formato de um artigo científico, em estrato superior definido pelo sistema de classificação vigente na Capes, na área de concentração do Programa e suas respectivas linhas de Pesquisa, enviado previamente à Coordenação do Programa, pelo(a) discente.

§ 2º A produção intelectual apresentada, em atendimento ao inciso III, do § 1º, não poderá ser creditável para integração curricular do discente.

§ 3º A ausência de quaisquer elementos citados no § 1º, invalidará o envio da versão final à Coordenação do Curso.

Art. 56. A Secretaria do Programa encaminhará a versão final das Dissertações concluídas à Biblioteca Setorial do CFP, para compor o acervo bibliográfico, a partir da publicação em periódicos.

### **Seção III**

#### **Da Avaliação do Desempenho Acadêmico**

Art. 57. Será condição necessária para aprovação e obtenção dos créditos em cada componente curricular ou atividade acadêmica, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente.

Art. 58. O desempenho acadêmico, nos componentes curriculares e em outras atividades do Programa, será avaliado por meio de distintos instrumentos avaliativos, tais como trabalhos de pesquisa individual ou em grupos, seminários temáticos ou por outro processo, a critério do(a) docente responsável pelo componente curricular, e expresso mediante nota, variando de zero a dez.

Art. 59. O(A) discente será avaliado(a) ao longo do Curso, em cada Componente Curricular, compreendendo o cômputo da frequência às atividades didáticas e o desempenho acadêmico.

§ 1º O(A) docente terá autonomia para definir as formas e os instrumentos de avaliação do desempenho acadêmico, explicitado no Plano de Curso do respectivo componente curricular.

§ 2º As avaliações devem estar em consonância com a estrutura do Programa, conforme o tipo de atividade presente no Plano de Curso.

§ 3º O aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) terá seu desempenho acadêmico aprovado.

§ 4º O(A) docente deverá entregar o resultado final da avaliação dos(as) discentes, no Componente Curricular, à Coordenação do Curso, em até dez dias após o término de suas aulas.

§ 5º Terá direito a um exercício de reposição, o(a) discente que, não tendo comparecido ao exercício acadêmico programado, comprove impedimento legal ou motivo de doença, atestado por serviço médico.

§ 6º Não haverá regime de recuperação em nenhum Componente Curricular.

### **Seção IV**

#### **Do Aproveitamento de Estudos**

Art. 60. Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento, a equivalência de componente(s) já cursado(s) anteriormente pelo(a) discente, com aqueles pertencentes à Estrutura Curricular do Programa.

§ 1º Entende-se por Componente Curricular já cursado aquele em que o(a) discente logrou aprovação.

§ 2º É permitida a solicitação do aproveitamento de estudos de componente(s) realizado(s) em Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em outra(s) IES reconhecidas pela Capes, com programas que contemplem até 75% (setenta e cinco por cento) da ementa de disciplinas obrigatórias, desde que não ultrapasse o limite de oito créditos, isto é, cento e vinte horas da carga horária do Curso.

§ 3º O aproveitamento de estudos referido no *caput* somente poderá ser feito quando os Componentes Curriculares tiverem sido cursados nos últimos cinco anos.

§ 4º Para o registro de Componente(s) Curricular(es) cursado(s) em outra IES, no Histórico Acadêmico do(a) discente, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – serão computados os créditos ou horas-aula equivalentes, na forma disposta neste artigo;

II – será anotado o conceito aprovado; e

III – será feita menção à IES onde cada Componente foi cursado, além do nome e da titulação do(a) docente responsável.

§ 5º A equivalência será feita por uma comissão formada de docentes do Curso, com paridade de gênero, designada pelo(a) Coordenador(a) e homologada pelo Colegiado do Curso.

Art. 61. Os créditos obtidos em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* terão validade de cinco anos para o Curso de Mestrado, contados a partir do final do período no qual o componente curricular foi oferecido.

Parágrafo único. A critério do Colegiado, poderão ser aceitos até quatro créditos obtidos em componentes curriculares optativos de outros programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, recomendados pelo órgão federal competente, antes do ingresso no presente programa.

Art. 62. Os(As) discentes poderão cursar componentes curriculares em outros cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, recomendados pelo órgão federal competente, desde que indicado pelo orientador.

Parágrafo único. Para contabilizar os créditos obtidos em tais componentes curriculares (até quatro créditos), os(as) discentes precisarão do aval de seu(sua) orientador(a).

## Seção V

### Dos Requisitos para Obtenção do Diploma

Art. 63. Para a obtenção do Diploma de Mestre(a) em Ensino de Ciências e Educação Matemática, exigir-se-á do(a) discente:

I – integralização da carga horária de trezentas e sessenta horas, em Componentes Curriculares e Atividades Curriculares Obrigatórias, oferecidos de acordo com a estrutura curricular do Programa; e

II – elaboração, defesa pública, aprovação e entrega da versão final da Dissertação de Mestrado.

Art. 64. O Diploma será emitido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, para o(a) discente que satisfizer as seguintes exigências:

I – frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista;

II – aprovação em todos os Componentes Curriculares do Curso, como estabelecido neste Regulamento; e

III – apresentação de documento da Biblioteca do Centro, declarando que o(a) discente não está em débito com aquele setor.

Art. 65. A emissão do Diploma é de competência da PRPG/UFCG e será realizada seguindo o Regulamento específico da CSPG.

Parágrafo único. A requisição do Diploma deverá ser feita por meio de abertura de processo eletrônico institucional, de acordo com instrução normativa que regulamenta o fluxo de emissão e registro de Diplomas dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

## CAPÍTULO III

### DO CORPO DOCENTE E DO CORPO DISCENTE

#### Seção I

##### Do Corpo Docente

Art. 66. A escolha de profissionais para o corpo docente obedecerá aos seguintes critérios:

I – titulação de doutor(a);

II – produção intelectual conforme orientação da área de Ensino da Capes;

III – participação em atividades de ensino e de pesquisa na graduação ou na pós-graduação, na área de concentração do Programa, de acordo com suas linhas de Pesquisa;

IV – vinculação ao quadro docente da UFCG ou de outras instituições parceiras, que tenham produção científica relevante na área de concentração do Programa; e

V – observância da paridade de gênero, da diversidade de etnia e raça, e da inclusão de pessoas com deficiência no corpo docente do Programa.

Art. 67. O corpo docente do PPGECiMa será constituído de Docentes Permanentes, Docentes Colaboradores(as) e Docentes Visitantes.

§ 1º Docentes Permanentes são os que, no âmbito do Programa, de forma mais direta e contínua, formando o seu núcleo estável, desenvolvem as principais atividades de ensino, orientação e pesquisa, com dedicação de dez horas semanais de trabalho às atividades do programa, conforme recomendação da Capes.

§ 2º Docentes Colaboradores(as) são os que contribuem de forma complementar ou eventual com o Programa, ministrando disciplinas, orientando discentes e colaborando em projetos de pesquisa, sem, contudo, manter uma carga horária intensa e permanente de atividades no Programa.

§ 3º Docentes Visitantes são os que se encontram à disposição do Programa por um tempo determinado, durante o qual prestam sua contribuição ao seu desenvolvimento.

Art. 68. Serão exigidos dos(as) docentes responsáveis pelas atividades de ensino, orientação e pesquisa do Programa, o exercício da atividade criadora, demonstrada pela produção continuada de trabalhos originais de valor comprovado, na área de sua atuação, e formação acadêmica mínima de Doutor(a) ou Livre Docente.

Art. 69. Os(As) docentes a que alude o art. 67, *caput*, poderão ser indicados(as) de duas maneiras:

I – mediante candidatura própria; ou

II – por meio de proposição de outros(as) docentes, membros do Programa.

Art. 70. Todas as indicações de docentes deverão ser submetidas à aprovação do Colegiado do Programa, mediante análise e parecer da Comissão Interna de credenciamento, descredenciamento e credenciamento de docentes do Programa.

§ 1º A Comissão Interna referida no *caput* será composta de docentes permanentes do Programa, nomeada pelo Colegiado, considerando a paridade de gênero.

§ 2º Caso o Colegiado não aprove a indicação do(a) docente, este poderá recorrer da decisão à Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG.

Art. 71. Os(As) docentes indicados(as) deverão atender aos seguintes requisitos mínimos, sem os quais não poderão ser credenciados(as) ou credenciados(as):

- I – possuir título de Doutor(a) ou Livre Docência;
- II – ter cinco produções intelectuais relevantes, nos últimos cinco anos, relacionadas às linhas de pesquisa do Curso;
- III – ter disponibilidade para lecionar disciplinas da estrutura curricular do Curso;
- IV – ter disponibilidade para orientação de discentes do Curso; e
- V – ter experiência em orientação, em uma ou mais das seguintes modalidades:
  - a) trabalho de conclusão de Curso de Graduação;
  - b) Iniciação Científica ou Tecnológica;
  - c) Iniciação à docência;
  - d) Especialização;
  - e) Mestrado; ou
  - f) Doutorado.
- VI – participar, como pesquisador, de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, bem como integrar equipe de trabalho em projetos de pesquisa.

§ 1º A média da produção científica mencionada no inciso II do *caput* está definida conforme as orientações da área de Ensino da Capes.

§ 2º Além dos requisitos estabelecidos neste artigo, o Colegiado do Programa poderá adicionar outros, que considere importantes para atendimento de suas peculiaridades.

Art. 72. Quando do credenciamento de docentes em licença maternidade ou parental, serão consideradas três produções intelectuais para fins de análise, no tocante ao inciso II do *caput*, nos 24 meses anteriores à data de solicitação de participação no Programa.

Art. 73. O número de docentes credenciados como docentes colaboradores(as), não deverá ser superior a 1/3 (um terço) do número de docentes permanentes do Curso.

Art. 74. O PPGECiMa deverá informar, imediatamente, à PRPG/UFMG, quaisquer alterações ocorridas em seu corpo docente e na composição de seu Colegiado.

Art. 75. O Colegiado deve avaliar os(as) docentes do Programa, para fins de credenciamento, a cada dois anos, com base nos relatórios anuais encaminhados à PRPG/UFMG e na avaliação do Curso, realizada pelo órgão federal competente, considerando-se os seguintes elementos:

- I – dedicação às atividades de ensino, orientação e participação em comissões examinadoras;
- II – produção científica, tecnológica, artística ou cultural, demonstrada pela realização de trabalhos de pesquisa, de valor comprovado em sua área de atuação; e
- III – coordenação ou participação em projetos aprovados por agências de fomento ou órgãos públicos e privados, que caracterizem a captação de recursos que beneficiem, direta ou indiretamente, este Programa de Pós-Graduação.

§ 1º Os(As) docentes que, no período equivalente a três anos consecutivos, não atenderem ao estabelecido neste artigo, conforme decisão do Colegiado, poderão ser descredenciados(as) do Programa.

§ 2º O descredenciamento também poderá ocorrer a pedido do próprio docente, após concluídas todas as atividades, previstas pelo Programa, e cumprimento do interstício de dois anos.

§ 3º O docente poderá ser descredenciado, ainda, quando não apresentar o Currículo Lattes atualizado, em até trinta dias que antecedem o envio das informações do programa, na plataforma Sucupira, quando solicitado pela Coordenação do Curso.

Art. 76. No caso de licença maternal ou parental de docentes, na produtividade do período, será prorrogado, por um ano, o credenciamento das(os) orientadoras(es) no Programa.

Art. 77. A substituição de integrante do corpo docente será permitida, desde que o(a) docente substituto(a) preencha os requisitos especificados no art. 71 desta Resolução.

§ 1º A substituição será feita com base no processo de credenciamento do docente e na justificativa do(a) Coordenador(a), sendo aprovada pelo Colegiado do Programa.

§ 2º A certidão de aprovação da justificativa de substituição de docente deverá ser encaminhada, à PRPG, pelo Colegiado do Programa.

## **Seção II** **Do Corpo Discente**

Art. 78. O corpo discente será regido pelas normas dispostas no Regimento Geral da UFMG.

Art. 79. O corpo discente deste Curso de pós-graduação *Stricto Sensu* é o conjunto de discentes nele matriculados.

Art. 80. São categorias de discentes:

- I – discente regular, é aquele(a) matriculado(a) no Curso de Mestrado, para cursá-lo em sua totalidade; e

II – discente especial, é aquele matriculado no programa para cursar apenas disciplinas optativas ofertadas.

§ 1º Ao discente regular, é garantida a obtenção do Histórico Acadêmico e do Diploma, ao final do Curso, caso tenha atendido todas as exigências deste Regulamento e demais normas vigentes.

§ 2º Ao discente especial, é garantida a obtenção do Histórico Acadêmico, para cada vínculo, para fins de comprovação das disciplinas optativas cursadas.

Art. 81. O acesso ao PPGEiMa dar-se-á por meio de aprovação em processo seletivo, regido por edital homologado pelo Colegiado, conforme definido nos art. 21 a 24 desta Resolução.

Parágrafo único. O Edital para discentes especiais deve selecionar candidatos(as) especificamente para cursar disciplinas pré-definidas pelo PPGEiMa, observando o limite de dois componentes curriculares, por discente, e de um período, por vínculo.

Art. 82. O ingresso na UFCG, como discente especial da pós-graduação *Stricto Sensu*, é condicionado à aprovação em processo seletivo específico, para discente especial, de cada Programa.

Art. 83. No ato da matrícula no Programa, os(as) discentes especiais devem ser portadores de diploma de graduação ou de documentos comprobatórios de conclusão de curso.

Parágrafo único. No que se refere às disciplinas em que estejam matriculados(as), os(as) discentes especiais se submetem às mesmas obrigações dos(as) discentes regulares.

Art. 84. É vedada, ao(à) discente especial, a matrícula em disciplinas e atividades curriculares de natureza obrigatória.

Art. 85. Considerando as necessidades de discentes, nos períodos de licença maternidade, será concedida a realização de atividades remotas, observando os critérios que permitam a prorrogação de prazos de defesas e entrega de documentos finais, mencionados neste Regulamento.

Parágrafo único. Nos casos de discentes em licença maternal ou parental, que optarem por não realizar o trancamento da matrícula, será concedida a realização de atividades remotas, observando os prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico do ensino de pós-graduação da UFCG.

Art. 86. No intuito de garantir a permanência dos(as) discentes relacionados(as) às políticas de ação afirmativa, o Colegiado do PPGEiMa buscará:

I – suporte educacional, focado no aprimoramento do processo formativo global e no apoio à aprendizagem e investigação do quadro discente; e

II – iniciativas de acolhida destinadas a facilitar a integração dos novos discentes, incentivando sua participação em atividades e ações que já fazem parte da rotina universitária.

Art. 87. Em relação à identidade de gênero, conforme exigido pelas normativas em vigor na UFCG, o Colegiado do PPGEiMa garantirá suporte profissional e individualizado, incluindo o uso do nome social.

Parágrafo único. A solicitação de tal suporte e utilização do nome social deverá ser feita após a matrícula no Programa.

Art. 88. O acompanhamento dos discentes do PPGEiMa ocorrerá por meio da observação contínua e apoio ao cumprimento das atividades acadêmicas previstas.

Parágrafo único. Para garantir o acompanhamento previsto no *caput*, foram incluídos no ementário dos seguintes componentes curriculares obrigatórios:

I – acompanhamento do desenvolvimento profissional docente e da prática pedagógica no ensino superior no componente de Estágio e Magistério Superior;

II – acompanhamento coletivo das pesquisas desenvolvidas pelos discentes no componente de Laboratório de Formação à Pesquisa do Ensino de Ciências e Educação Matemática; e

III – acompanhamento dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelos discentes nos componentes de Estudos de Orientação e Acompanhamento I, II, III e IV.

Art. 89. O acompanhamento dos discentes egressos do PPGEiMa ocorrerá por meio de:

I – desenvolvimento de ações de integração, como os seminários e colóquios anuais, para fomentar diálogos e acompanhar sua evolução, como parte da política de avaliação;

II – estímulo de sua participação nos grupos de pesquisa, nos projetos de pesquisas estruturantes e na comissão de autoavaliação, com o intuito de promover formação contínua e manutenção de laços; e

III – produção de instrumentos para acompanhar e analisar seu desempenho, com o objetivo de compreender as implicações da formação recebida, as áreas de atuação escolhidas e reconhecer casos de sucesso.

#### CAPÍTULO IV DA AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 90. A autoavaliação do PPGEiMa será conduzida de acordo com os processos e procedimentos estabelecidos na Política Institucional de Autoavaliação de Cursos de Pós-Graduação da UFCG, promovida a cada ano, pelo Coordenador, com a participação de docentes e discentes.

Art. 91. A autoavaliação do PPGEiMa estará em sintonia com o plano estratégico de desenvolvimento do Programa, contemplando objetivos, iniciativas, metas, análise de ambiente e análise de riscos.

Parágrafo único. Essa avaliação abrangerá os aspectos formativos e as implicações no meio social, considerando o desempenho de docentes e discentes do Programa.

Art. 92. A condução da autoavaliação ficará a cargo de uma Comissão, definida pelo Colegiado do PPGEiMa.

§ 1º A Comissão de Autoavaliação será constituída por membros do corpo docente, discente, e técnico-administrativo do PPGEiMa, bem como por pesquisadores externos convidados pelo Colegiado, tendo, por base, a paridade de gênero, a diversidade de etnia e raça, e a inclusão de pessoas com deficiência.

§ 2º A Comissão de Autoavaliação terá a atribuição de:

I – elaborar o Plano de Autoavaliação do PPGEiMa, considerando os instrumentos de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação da UFCG, e adotando outros critérios estabelecidos pela própria Comissão, com atenção às particularidades do Programa; e

II – analisar e divulgar os resultados provenientes do desenvolvimento e execução do Plano de Autoavaliação do PPGEiMa.

§ 3º A Comissão realizará reuniões envolvendo docentes, discentes, técnico-administrativos e egressos (participantes internos), com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a identificação e o diagnóstico das potencialidades e das limitações do Programa.

Art. 93. Dada a extensão dos elementos a serem verificados e analisados durante o quadriênio, a critério do Colegiado do Programa, poderá ser adotada uma abordagem de trabalho em equipes de gerência e apoio à Comissão de Autoavaliação, em que, cada equipe, considerando a paridade de gênero:

I – será formada por um(a) docente de cada linha de pesquisa, além de representação discente e, posteriormente, de egressos, tendo o papel de definir focos e indicadores específicos;

II – assumirá a elaboração de ferramentas avaliativas, bem como o monitoramento e a supervisão das atividades desenvolvidas; e

III – socializará, de maneira delineada, as informações para a gestão colegiada do Programa, alinhando-as com as estratégias e metas instituídas na proposta de planejamento.

§ 1º Na autoavaliação, serão considerados dados qualitativos e quantitativos, a serem obtidos por meio de entrevistas, questionários, *podcasts* e outras formas científicas de registro de informação.

§ 2º Quanto à sistemática de avaliação e supervisão das metas do PPGEiMa ao término do ciclo quadrienal, especialmente em relação ao processo formativo e produtos acadêmicos dos estudantes, será monitorada a produção de professores e estudantes, considerando as metas definidas pela área de Ensino.

§ 3º As equipes e a gestão colegiada do Programa fornecerão informações regulares a cada ciclo de noventa dias.

Art. 94. A critério do Colegiado do PPGEiMa, para o processo autoavaliativo, o planejamento do programa poderá ocorrer nos seguintes momentos:

I – primeiro momento – estudo sobre os documentos fornecidos pela Capes e pela gestão da Área de Ensino, destinados a reflexões sobre as propostas de alterações no estudo analítico institucional, dos programas de pós-graduação, da referida área.

II – segundo momento – reflexão e ratificação da missão, visando a sua validação, como pilares do plano estratégico do Programa;

III – terceiro momento – sistematização dos elementos indicados na ficha de avaliação da área de Ensino e pela Capes, considerando aspectos institucionais e externos, diretrizes organizacionais, infraestrutura, apoio financeiro, configuração pedagógica do Programa, divulgação científica da produção intelectual do Programa, produtividade docente, tempo de conclusão do Curso, condições de pesquisa, desenho do quadro docente e discente, bem como os processos extrainstitucionais de fomento; e

IV – quarto momento – autoavaliação do planejamento estratégico, analisando os aspectos que merecem ser revistos, como a exclusão de processos que apresentem danos à qualidade do programa e a otimização das ações exitosas.

## TÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 95. Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do PPGEiMa, mediante análise de cada caso específico.

Art. 96. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

(ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 10/2025)

## I – ESTRUTURA CURRICULAR

CRÉDITOS PARA TITULAÇÃO			
OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS	OUTROS	TOTAL GERAL
16	08	-	24

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES

CÓDIGO	COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE CRÉDITOS
PPGECIMA01	Fundamentos Metodológicos da Pesquisa	60	4
PPGECIMA02	Tendências de Pesquisa sobre Formação de Professores	60	4
PPGECIMA03	Estágio e Magistério Superior	60	4
PPGECIMA04	Laboratório de Formação à Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Matemática	60	4
PPGECIMA05	Estudos de Orientação e Acompanhamento I, II, III e IV	-	-

CÓDIGO	COMPONENTES OPTATIVOS	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE CRÉDITOS
PPGECIMA06	Tópicos em Ciências e Matemática I	15	1
PPGECIMA07	Tópicos em Ciências e Matemática II	30	2
PPGECIMA08	Tópicos em Ciências e Matemática III	45	3
PPGECIMA09	Tópicos em Ciências e Matemática IV	60	4
PPGECIMA10	Escrita Científica em Ensino de Ciências e Educação Matemática	60	4
PPGECIMA11	Recursos e Materiais Didáticos em Ensino de Ciências e Educação Matemática	60	4
PPGECIMA12	Tecnologias Digitais em Ensino de Ciências e Educação Matemática	60	4
PPGECIMA13	Abordagem CTS em Ensino de Ciências	60	4
PPGECIMA14	Educação Ambiental e Sustentabilidade em Ensino de Ciências	60	4
PPGECIMA15	História, Filosofia e Sociologia da Ciência	60	4
PPGECIMA16	Didática da Matemática	60	4
PPGECIMA17	Educação Matemática: concepção e abordagens metodológicas	60	4
PPGECIMA18	Currículo e Avaliação	60	4
PPGECIMA19	Ciências da Natureza para o Ensino	60	4
PPGECIMA20	Matemática para o Ensino	60	4

II – COMPONENTES CURRICULARES, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

1. Componente Curricular: Fundamentos Metodológicos da Pesquisa.

**Natureza:** Obrigatório **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Debate sobre os paradigmas que direcionam os fundamentos teórico-metodológicos na pesquisa educacional, sobretudo, no campo do Ensino de Ciências e da Educação Matemática. Planejamento da pesquisa: componentes fundamentais do projeto de pesquisa, categorização da pesquisa, procedimentos metodológicos utilizados, instrumentos de registro de dados, análise e apresentação de dados. Utilização de bases de dados. Aspectos éticos na pesquisa em Ensino de Ciências e em Educação Matemática.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALVES, D. A. de; TEIXEIRA, W. M. **Ética em pesquisa em ciências sociais:** regulamentação, prática científica e controvérsias. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, e217376, 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O. **Método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

BARBOSA, J. G. **O diário de pesquisa:** o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Liberlivro, 2010.

BARBOSA, J. C.; OLIVEIRA, A. M. P. **Por que a pesquisa de desenvolvimento na Educação Matemática?** Perspectivas da Educação Matemática – UFMS – v. 8, número temático – 2015. p. 526-45.

BICUDO, M. A. V. **A lógica da pesquisa qualitativa e os modos de procedimentos nela fundados. Estudo.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 9, n. 22, p. 540-552, dez. 2021.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa fenomenológica em educação:** possibilidades e desafios. PARADIGMA, [S. l.], p. 30-56, 2020.

COÊLHO, Raimunda de Fátima Neves; BATISTA, M. T. O. (Org.). **Ética, Bioética e Controle Social da Ciência.** 1. ed. FORTALEZA: IMPRECE, 2019. v. 1. 185p.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa, 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROTTY, M. **The foundations of social research: meaning and perspective in the research process**. London: Sage, 1998.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL-PÉREZ, D. et al. **Para uma imagem não deformada do trabalho científico**. *Ciência & Educação*, v.7, n.2, p.125-153, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira, BATISTA, Michel Corci (Org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 1. ed. Maringá, PR: Gráfica e Editora Massoni, 2021.

MARQUES FERNANDES, A.; ENRIQUE GONZÁLEZ, F.; SILVA MARTINS, B. **Pesquisas em Educação Matemática: a História, a Arte e a Etnomatemática em Análise**. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 14, n. 34, p. 1-20, 24 mar. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características**. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 9, n. 22, p. 521-539, dez. 2021.

OLIVEIRA, A. M. P. de; ORTIGÃO, M. I. R. (org.). **Abordagens teóricas e metodológicas nas pesquisas em educação matemática**. Brasília: SBEM, 2018. (Coleção SBEM; 13) 8 Mb; PDF [livro eletrônico], p. 17-54.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice**. 2015.

RIBEIRO, A. J. (Org.); HEALY, L. (Org.); BORBA, R. E. S. R. (Org.); FERNANDES, S. H. A. A. (Org.). **Mathematics Education in Brazil: Panorama of Current Research**. 1a. ed. Cham, Switzerland: Springer, 2018. v. 1. 289p.

SRIRAMAN, B.; ENGLISH, L. *Surveying Theories and Philosophies of Mathematics Education*. In: SRIRAMAN, B.; ENGLISH, L. **Theories of Mathematics Education Advances in Mathematics Education**. SPRINGER, 2010, pp. 3-32.

**2. Componente Curricular: Tendências de Pesquisa sobre Formação de Professores**  
**Natureza:** Obrigatório **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Discussão sobre as tendências em pesquisas sobre formação de professores em Ensino de Ciências e em Educação Matemática, seus enfoques teóricos e metodológicos, bem como suas implicações ao ensino, à aprendizagem e ao currículo em Ciências da Natureza e Matemática.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BALL, D. L.; COHEN, D. K. *Developing Practice, Developing Practitioners: Toward a Practice-Based Theory of Professional Education*. In: SYKES, G.; DARLINGHAMMOND, L. (Eds.), *Teaching as the Learning Profession: Handbook of Policy and Practice*. San Francisco: Jossey Bass, 1999, p. 3-32.

BECKER, F. **Epistemologia do professor de Matemática**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BORBA, M. C. (org). **Tendências internacionais em formação de professores de matemática**. Coleção Tendências em educação matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de Ciências**. Tradução de Sandra Valenzuela. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRILLO-YAÑEZ, J.; CLIMENT, N.; MONTES, M.; CONTRERAS, L. C.; FLORESMEDRANO, E.; ESCUDERO-ÁVILA, D.; MUÑOZ-CATALÁN, M. C.. **The mathematics teacher's specialised knowledge (MTSK) model**. *Research in Mathematics Education*, 1–18, 2018.

CACHAPUZ, A. F. et al. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo, Cortez, 2005.

CYRINO, M. C. C. T. (Org). **Temáticas emergentes de pesquisas sobre a formação de professores que ensinam matemática: desafios e perspectivas**. Brasília: SBEM, 2018.

CONRADO, D. M; NUNES-NETO, N. (Orgs.). **Questões sociocientíficas: fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018.

CONTRERAS, J. A **Autonomia de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CURADO SILVA, K. A formação de professores na perspectiva crítico-emancipadora. *Revista Linhas Críticas*, v. 17, n. 32, p. 13–31, 2011.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação. Ensino fundamental).

FIORENTINI, D; GRANDO, R.C.; MISKULIN, R.G.S. (Org.). **Práticas de formação e de pesquisa de professores que ensinam matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

IBRAGIMOV, G. I.; et al. *Learning environment in science education*. *EURASIA Journal of Mathematics, Science and Technology Education*, 2023, v. 19, n.11, p.1-10.

KARAMPELAS, K. *Trends on Science Education Research Topics in Education Journals*. *European Journal of Science and Mathematics Education*, Vol. 9, No. 1, 2021, 1-12.

LOPES, C. E.; TRALDI, A.; FERREIRA, A. C. (Orgs.). **A Formação do Professor que Ensina Matemática: Aprendizagem Docente e Políticas Públicas**. São Paulo, SP: Mercados das Letras, 2015.

LIMA, S. S. **Conhecimento Especializado de Professores de Física: Proposta de Modelo**. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado em Ensino), Instituto Federal de Mato Grosso /Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2018.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NACARATO, A. M et al. **Mathematics Teacher Education: Synthesis and Perspectives of Research Developed in Brazil**. In: RIBEIRO, A. J. et al (Org.). **Mathematics Education in Brazil: Panorama of Current Research**. 1ed. Cham: Springer, 2018, v. 1, p. 149-170.

PIMENTEL JUNIOR, C.; PEREIRA DA COSTA, A. **Residência Pedagógica e Formação de Professores: concepções e experiências do Subprojeto Interdisciplinar Biologia e Matemática na UFOB**. In: Joubert Lima Ferreira, Kelli Consuelo Almeida de Lima Queiroz. (Org.). **PIBID e Programa de Residência Pedagógica na UFOB (2020-2022): intenções formativas e relatos de experiências**. 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G, 2023, v.1, p. 121-134.

**3. Componente Curricular:** Estágio e Magistério Superior.

**Natureza:** Obrigatório **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Atividade de docência no magistério superior, promovendo a integração entre graduação e pós-graduação, realizada em uma disciplina de natureza disciplinar diretamente relacionado às Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física) e à Matemática. Acompanhamento do desenvolvimento profissional docente e da prática pedagógica no ensino superior.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada à natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a disciplina, na qual o estágio será desenvolvido.

**4. Componente Curricular:** Laboratório de Formação à Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

**Natureza:** Obrigatório **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Análise e Debate sobre temáticas de investigação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, utilizando os projetos de pesquisa dos estudantes como base. Aborda questões relacionadas à viabilidade teórica, metodológica, operacional e ética, além de explorar seus efeitos na formação do ser-pesquisador e as implicações socioeducacionais. Acompanhamento coletivo das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**5. Componente Curricular:** Estudos de Orientação e Acompanhamento I, II, III e IV.

**Natureza:** Obrigatório **Carga horária:** -- **Créditos:** --

**EMENTA:** Aprimoramento da orientação da pesquisa e da elaboração da dissertação de mestrado, em que o docente orientador assiste o discente na direção da pesquisa, seguindo a implementação das etapas da pesquisa e a obtenção dos resultados. Acompanhamento dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelos estudantes.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**6. Componente Curricular:** Tópicos em Ciências e Matemática I.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 15 horas **Créditos:** 01

**EMENTA:** Componente curricular de ementa aberta, com uma abordagem particular de estudo a ser determinado pelo docente responsável pela oferta. A inclusão desse componente visa aprofundar os estudos em aspectos próprios da área de Ciências da Natureza e Matemática, referentes aos tópicos derivados nas investigações realizadas pelos estudantes e professores do programa. Logo, poderá compor uma disciplina de natureza pedagógica ou de conteúdo disciplinar diretamente relacionado à área de Ensino de Ciências e Educação Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**7. Componente Curricular:** Tópicos em Ciências e Matemática II.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 30 horas **Créditos:** 02

**EMENTA:** Componente curricular de ementa aberta, com uma abordagem particular de estudo a ser determinado pelo docente responsável pela oferta. A inclusão desse componente visa aprofundar os estudos em aspectos próprios da área de Ciências da Natureza e Matemática, referentes aos tópicos derivados nas investigações realizadas pelos estudantes e professores do programa. Logo, poderá compor uma disciplina de natureza pedagógica ou de conteúdo disciplinar diretamente relacionado à área de Ensino de Ciências e Educação Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**8. Componente Curricular:** Tópicos em Ciências e Matemática III.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 45 horas **Créditos:** 03

**EMENTA:** Componente curricular de ementa aberta, com uma abordagem particular de estudo a ser determinado pelo docente responsável pela oferta. A inclusão desse componente visa aprofundar os estudos em aspectos próprios da área de Ciências da Natureza e Matemática, referentes aos tópicos derivados nas investigações realizadas pelos estudantes e professores do programa. Logo, poderá compor uma disciplina de natureza pedagógica ou de conteúdo disciplinar diretamente relacionado à área de Ensino de Ciências e Educação Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**9. Componente Curricular:** Tópicos em Ciências e Matemática IV.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Componente curricular de ementa aberta, com uma abordagem particular de estudo a ser determinado pelo docente responsável pela oferta. A inclusão desse componente visa aprofundar os estudos em aspectos próprios da área de Ciências da Natureza e Matemática, referentes aos tópicos derivados nas investigações realizadas pelos estudantes e professores do programa. Logo, poderá compor uma disciplina de natureza pedagógica ou de conteúdo disciplinar diretamente relacionado à área de Ensino de Ciências e Educação Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**10. Componente Curricular:** Escrita Científica em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Componente curricular com ementa aberta, destinado à dispensa para estudantes que realizarem publicações em revistas especializadas, livros ou capítulos de livros, seguindo critérios estabelecidos pelo colegiado do programa.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Dada a natureza da atividade, as referências próprias serão elaboradas e indicadas de acordo com a área de investigação dos estudantes.

**11. Componente Curricular:** Recursos e Materiais Didáticos em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Debate sobre recursos e materiais didáticos aplicados ao Ensino de Ciências e Educação Matemática. Análise histórica dos recursos e materiais didáticos no ensino de Ciências e Educação Matemática. Discussão sobre planejamento e elaboração de recursos didáticos para educação básica. Aplicação e avaliação dos recursos didáticos para o Ensino de Ciências e Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMADOR, RAIANY BRAGA; SILVA, EVERTON VIEIRA DA; BRAGA, FRANCISCO CARNEIRO. **Estratégias didático-metodológicas no ensino remoto de Química do sistema prisional em São João do Rio do Peixe (PB)**. Revista de Ensino de Ciências e Matemática (REnCiMa), v. 13, p. 1-24, 2022.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**, 12a. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ASTOLFI, J-P.; DEVELAY, M. **A didática das ciências**. 16. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 123 p.

BARBOSA, J. C.; OLIVEIRA, ANDREIA MARIA PEREIRA DE. Materiais curriculares e professores que ensinam Matemática. **Estudos Avançados (Online)**, v. 32, p. 137-152, 2018.

BUIK INSTITUTE OF EDUCATION. **Aprendizagem baseada em projetos: Guia para professores do ensino fundamenta e médio**. Porto Alegre: ArtMed, 2008, 200p.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M.. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRANCISCO JUNIOR, W. E. **Analogias e situações problematizadoras no ensino de ciências**. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

GOMES, F. S.; OLIVEIRA, ANDREIA MARIA PEREIRA DE. Mapeamento de Pesquisas Nacionais sobre Materiais Curriculares de Matemática. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 16, p. 1, 2023.

KOTKAS, T.; HOLBROOK, J.; RANNIKMÄE, M. **Identifying Characteristics of Science Teaching/Learning Materials Promoting Students' Intrinsic Relevance**. *Science Education International*, Vol.27, n. 2, 2016, p. 194-216.

LIMA, REINALDO FEIO DE; OLIVEIRA, ANDRÉIA MARIA PEREIRA DE. Educational curriculum materials and pedagogical practice: what is(are) the message(s)?. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática (REnCiMa)**, v. 13, p. 1-28, 2022.

LIMA, REINALDO FEIO; OLIVEIRA, ANDREIA MARIA PEREIRA DE. Mensagens da prática pedagógica em textos de Materiais Curriculares Educativos: uma análise a partir da dimensão interacional. **Educação em Revista (Online)**, v. 37, p. 1-19, 2021.

MACEDO, L., PETTY, A.L.S; PASSOS, N.C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. São Paulo: Centauro, 2010.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo, Cortez; Brasília, UNESCO: 2000.

NARDI, R. **Questões Atuais no Ensino de Ciências**. 1. ed. São Paulo Escrituras, 2009.

PRADO, AIRAM DA SILVA; OLIVEIRA, ANDREIA MARIA PEREIRA DE; BARBOSA, Jonei Cerqueira. A recontextualização de textos na produção de um material curricular para os jogos de linguagem da matemática escolar. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 22, p. 320-347, 2020.

SCHNETZLER, R. P.; ARAGÃO, R. M. R. (orgs.). **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens**. Piracicaba: CAPES/UNIMEP, 2000.

SILVA, J. E. da; SILVA, G. F. da; CARVALHO, M. A. S.; MARTIN, M. da C. R.; VELOSO, C.; PINHEIRO, T. G.; GONÇALVES, N. M. N.. Teaching resources aimed at teaching science to students with visual impairments in a municipality in the semi-arid region of Piauí. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 1-12, 2022.

SKOUMIOS, M.; SKOUMPOURDI, C. The use of outside educational materials in mathematics and science: **Teachers' conceptions**. **International Journal of Education in Mathematics, Science, and Technology (IJEMST)**, 2021, v. 9, n.2, 314-331.

VISNOVSKA, J.; CORTINA, J. L. Teaching, teachers, and teaching resources in mathematics education research. **Asia-Pacific Journal of Teacher Education**, 2022, v. 50, n. 2, p.156-164.

**12. Componente Curricular: Tecnologias Digitais em Ensino de Ciências e Educação Matemática.**

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Estudo e debate sobre tecnologias digitais no Ensino de Ciências e na Educação Matemática, tendo por base a literatura da área. Análise de atividades voltadas à sala de aula, especialmente, da educação básica, utilizando tecnologias digitais. Reflexão sobre as implicações das tecnologias digitais ao ensino, à aprendizagem e ao currículo de Ciências da Natureza e da Matemática.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARCHANJO JUNIOR, M. G. de; GEHLEN, S. T. A Tecnologia Social e sua Contribuição para a Educação em Ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], v. 20, n. u, p. 345–374, 2020.

BARBOSA, F. D. D.; MARIANO, E. de F.; SOUSA, J. M. de. Tecnologia e Educação: perspectivas e desafios para a ação docente. **Conjecturas**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 38–60, 2021.

BORBA, M. C.; ENGELBRECHT, J.; LLINARES, S. Using Digital Technology and Blending to Change the Mathematics Classroom and Mathematics Teacher Education. In: HOLLEBRANDS, K.; ANDERSON, R.; OLIVER, K. (Org.). **Online Learning in Mathematics Education**. 1. ed. Carolina do Norte: Springer Nature Switzerland, 2021, v., p. 21-42.

BORBA, M. C.; SCUCUGLIA, R. R. S.; GADANIDIS, G. **Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: Sala de aula e internet em movimento**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. v. 1. 160p.

COSTA, M. C.; DOMINGOS, A. **Mathematics education: Promoting interdisciplinarity with science and technology**. **RESEARCH IN MATHEMATICS**, v.9, n.1, 2022, p.1-10.

DOMINGUES, N. S.; BORBA, M. C. Digital Video Festivals and Mathematics: Changes in the Classroom of the 21 Century. **Journal of Educational Research in Mathematics**, v. 31, p. 257-275, 2021.

DUARTE, A. E. B.; MUNHOZ, D. J.s; PEREIRA, P. C. (Orgs.). **Novas tecnologias da informação e comunicação: estratégias de leituras invertidas na educação**. - São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

FERREIRA, G. R. (Org.). **Educação e tecnologias: experiências, desafios e perspectivas**. [recurso eletrônico]. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FAKHERJI, W. Z. **Teachers' Use Of Technology In Science Supports Student Knowledge**. **Journal of Research in Curriculum Instruction and Educational Technology**, v.1, n.1, p.161-173, 2018.

KRIPKA, R. M. L.; VIALI, L.; LAHM, R. A.. **Evolução histórica das tecnologias digitais: diferentes compreensões e usos para o ensino e para a aprendizagem de ciências e matemática**. In: PUHL, C. S.; SILVA, C.M., MÜLLER, T. J.. (Org.). Ensino de ciências da natureza e de matemática: contribuições teóricas e pedagógicas das tecnologias digitais. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. 1, p. 13-31.

MARTINS, E. R. (Org.). **Informática na educação e suas tecnologias**. [recurso eletrônico]. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

MILL, D. **Reflexões sobre aprendizagem ativa e significativa na cultura digital**. [Documento eletrônico]. -- São Carlos: SEaDUFSCar, 2021. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n0181c05>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SANTOS; H. P.. **Tecnologias e mídias educativas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

SANTOS, W. S.; ALVES, L. R. G.; SOUZA, S. R. L. S.; MACEDO, R. J.; OLIVEIRA, V. P.; LORDELO, S. N. B.; WINKLER, I.. Augmented reality in education for industry 4.0: What are the barriers to adoption?. **CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO**, v. 15, p. 481-505, 2023.

SANTOS, W. S.; ALVES, L. R.. Digital platforms used for teaching: an analysis of professor practices from four university institutions in the northeast of Brazil. **CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO**, v. 15, p. 481-511, 2023.

SILVA, E. L. **Metodologia GEDOVA: para o desenvolvimento de objetos virtuais de aprendizagem.** [recurso eletrônico]. – João Pessoa: ideia, 2021. Disponível em: <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/projeto-gedova-para-desenvolvimento-de-objetos-virtuais-de-aprendizagem/> Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVA, E. L.; ANDRADE, F. J. **Utilização e desenvolvimento de Objetos Virtuais de Aprendizagem: Considerações iniciais.** – São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

SILVA, E. K. S.; SILVA, E. L.; CORRÊA, A. M. S. **Objetos Virtuais de Aprendizagem na formação e prática docente.** [recurso eletrônico]. – João Pessoa: ideia, 2020.

TAROUCO, L. M. R.; ABREU, C. S. (Orgs.). **Mídias na educação: a pedagogia e a tecnologia subjacentes.** – Porto Alegre: Editora Evangraf / Criação Humana, UFRGS, 2017.

ZOUHRLAL, A.; FERREIRA, B. S.; FERREIRA, C.; et.all. **GAMIFICAÇÃO: como estratégia educativa.** -- Brasília: Link Comunicação e Design, 2015.

**13. Componente Curricular:** Abordagem CTS em Ensino de Ciências.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Origem e fundamentos teóricos da abordagem CTS e CTSA. O papel do professor na Metodologia de Ensino Investigativa. Alfabetização e Letramento Científico. Abordagem de questões sociocientíficas na perspectiva do currículo de ensino de Ciências. Análise e produção de materiais e recursos didáticos segundo a abordagem CTS e CTSA. Estudo sobre os conteúdos disciplinares das Ciências da Natureza na Educação Básica em uma perspectiva CTS.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA, M. K. e S. X.; BARRETO, C. L. **FÍSICA TÉRMICA COM ÊNFASES CURRICULARES EM CTSA E ENSINO POR INVESTIGAÇÃO: um guia de orientação para o professor.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018. 183p.

ALMEIDA, M. K. e S. X.; BARRETO, C. L. **ENSINO INVESTIGATIVO DE FÍSICA TÉRMICA COM ABORDAGEM CTSA.** In: Bernadete Morey; Carla Cabral; Ivanize Cortez; Milton Schivani. (Org.). PESQUISA E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA: temas e experiências do PPGECONM. 1ed. Natal: EDUFRRN, 2018, v. 1, p. 7-29.

AKCAY, B.; AKCAY, H. Effectiveness of Science-Technology-Society (STS) Instruction on Student Understanding of the Nature of Science and Attitudes toward Science. *International Journal of Education in Mathematics, Science and Technology*, v.3, n.1, p. 37-45, 2015.

AULER, D. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências. Tese de Doutorado em Educação** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. AULER, D. Articulação Entre Pressupostos do Educador Paulo Freire do Movimento CTS: Novos Caminhos Para a Educação em Ciências, *Contexto e Educação*, v. 22, n. 77, p. 167-188, 2007.

CARVALHO, A. M. P. C. (Org.). **Ensino de Ciências por Investigação: condições para implementação em sala de aula.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

COSTA, M. K. S.. **Ensino por Investigação: problematizando uma aula de magnetismo.** *Revista Vivência em Ensino de Ciências*, 2017. *Revista Vivências em Ensino de Ciências*, Pernambuco, v. 01, n. 01, 1ª Edição Especial, p. 86-94, 2007.

CUPANI, A. **Filosofia da Tecnologia: um convite.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. DAGNINO, R. P. As Trajetórias dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Política Científica e Tecnológica na Ibero-América. *Alexandria – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v.1, n.2, p.3-36, jul. 2008.

GARCÍA, M. G.; CERESO, J. A. L.; LÓPEZ, J. L. L. *Ciencia, Tecnologia Y Sociedad: una introducción al estudio social de la Ciencia y la tecnología.* Madrid: Tecnos, 1996.

LUZ, R.; ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. Dimensões de Ciência e Tecnologia na obra Pedagogia da Esperança de Paulo Freire: contribuições para uma Educação CTSA humanizadora. *INDAGATIO DIDACTICA*, v. 15, p. 89-104, 2023.

MOREIRA, AMANDA MAGAGNIN; AIRES, JOANEZ AIRES APARECIDA; LORENZETTI, LEONIR. **Abordagem CTS e o conceito química verde: possíveis contribuições para o ensino de química.** *ACTIO: Docência em Ciências*, v. 2, p. 193-210, 2017.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

MÜNCHEN, S.; BOHRER ADAIME, M. Abordagem CTS na formação inicial de professores de Química: uma análise de sequências didáticas. *Revista Debates em Ensino de Química*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 134–150, 2021.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSA, S. E.; AULER, D. **Não neutralidade da ciência-tecnologia: problematizando silenciamentos em práticas educativas CTS.** *Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 2, p. 203-231, 2016.

ROSA, S. E. **Educação CTS: contribuições para a construção de culturas de participação.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2019.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 55-77, 2011.

SOUSA, F. A. de; COELHO, M. N.; NUNES, A. O.. The Science, Technology and Society (CTS) approach: a possibility of student motivation. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1-21, 2020.

STRIEDER, R. KAWAMURA, M. Educação CTS: **Parâmetros e propósitos brasileiros**. Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 10, nº 1, p. 27-56, 2017.

ZAMPIERON, T. **Guia de Propostas de Atividades Investigativas**. Produto Educacional. Joinville: UESC, 2021.

**14. Componente Curricular:** Educação Ambiental e Sustentabilidade em Ensino de Ciências.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Debate sobre as relações ser humano, sociedade e natureza com vistas à sustentabilidade. Política Nacional da Educação Ambiental. A Educação Ambiental Crítica e Contextualizada com o Semiárido. Projetos de Educação Ambiental voltados para a sustentabilidade local/regional. Educação Ambiental e sua relação com o Ensino de Ciências. Os conteúdos disciplinares das Ciências da Natureza na Educação Básica e sua relação com a Educação Ambiental e Sustentabilidade.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABÍLIO, F. J. P.; FLORENTINO, H. S. **Educação Ambiental: da pedagogia dialógica a sustentabilidade no semiárido**. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2014.

ABÍLIO, F. J. P.; SATO, M. (Org.). Educação Ambiental: do currículo da educação básica às experiências educativas no contexto do Semiárido Paraibano. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2012.

ABÍLIO, F. J. P.; ANDRADE, M. J. D.; DURE, R. C.; RUFFO, T. L. M.; LACERDA, D. O.; MACHADO, M. G.; SILVA, M. A.; FLORENTINO, H. S.; SOARES, K. M. S.. **VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DURANTE O ENSINO REMOTO: inovando em tempos de pandemia**. In: Francisco José Pegado Abílio. (Org.). **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: vivências presenciais e remotas contextualizadas para o Bioma Caatinga e RPPN Fazenda Almas**. 1 ed. João Pessoa: EDITORA DO CCTA, 2021, v. 1, p. 109-137.

ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. Saberes ancestrais e formação de professores de biologia: aproximações entre história ambiental e narrativas locais na proteção do patrimônio biocultural. Revista Bio-grafia. Escritos sobre la Biología y su enseñanza, v. 2023, p. 3308-3321, 2023.

ANDRADE, M. J. D.; DURE, R. C.; ABILIO, F. J. P.. Educação ambiental e práticas de consumo consciente na Educação de Jovens e Adultos. In: Rosana Rodrigues Teixeira Andrade. (Org.). Educação no Século XXI. 1ed. Belo Horizonte: Poisson, 2019, v. 15, p. 36-46.

BACOLOD, D. Teaching the Environmental Science Education in the 21st-Century. International Journal of Scientific Research and Management (IJSRM), [S. l.], v. 9, n. 10, p. 1908–1917, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), 2012.

CANDAMIO, L.V.; NOVO, I.C.; GARCIA, M.T.G. A importância da Educação Ambiental nos determinantes do comportamento verde: uma abordagem de meta-análise. Elsevier-Journal of Cleaner Production, Amsterdã, v. 170, n. 1, p. 1565-1578, jan., 2018.

CARARO, EMANUEL RAMPANELLI; CHIMELLO, VALÉRIA FERRARINI; PIOVEZANA, LEONEL; LIMA-REZENDE, CÁSSIA ALVES; SANTOS, JORGE ALEJANDRO; REZENDE, RENAN DE SOUZA. **Environmental education in Brazil: trends and gaps from 2015 to 2019**. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 11, p. 1-13, 2022.

FERREIRA, LETÍCIA DE ANDRADE; VERAS, W. S.; BRITO, C. S.; SOUSA, P. S. A.; SILVA, J. R. T.; ALVARENGA, E. M.. **Educação ambiental no contexto do ensino de química: realidades e perspectivas no ensino médio**. REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS, v. 23, p. 178-188, 2022.

JUNGES, A. L. SANTOS, V. Y.; MASSONI, N. T.; SANTOS, F. A. C.. **EFEITO ESTUFA E AQUECIMENTO GLOBAL: Uma Abordagem Conceitual a Partir da Física Para Educação Básica**. EXPERIÊNCIAS EM ENSINO DE CIÊNCIAS (UFRGS), v. 13, p. 126/5-151, 2018.

KUSS, A. V.; CARLAN, F. A.; BEHLING, G. M.; GIL, R. L. **Possibilidades metodológicas para a pesquisa em educação ambiental**. Pelotas: editora e cópias Santa Cruz, 2015.

LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

MOLANO, JAVIER GIOVANNY SÁNCHEZ; ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. **INSURGENT SCIENCE TEACHING: ENVIRONMENTALIZING SCIENCE AND EDUCATION**; EDUCAÇÃO EM REVISTA (ONLINE), v. 39, p. 1-18, 2023.

NOGA, P. M. B.; ORTH RITTER ANTIQUEIRA, L. M.; JACINSKI, E. **Connecting environmental education, science–technology–society and ecological theory: possible pathways to reduce socioenvironmental problems**. Brazilian Journal of Environmental Sciences (RBCIAMB), Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 491–500, 2021.

PATACA, E. M.; BANDEIRA, C. M. S. **History of Science and environmental education in the expedition along the Ipiranga stream**. AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE), v. 23, p. 1542, 2020.

PATRIARCA-GRACIOLLIL, S. R.; ZANON, Â. M.; SOUZA, P. R. **Jogo dos Predadores: uma proposta lúdica para favorecer a aprendizagem em Ensino de Ciências e Educação Ambiental**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient., São Paulo, v. 20, n. 01, p. 202-2016, 2008.

OLIVEIRA, N. C. R.; REIS, D. A.. **Educação ambiental e ensino de física: articulações construídas pela produção acadêmica brasileira**. REEC. REVISTA ELECTRÓNICA DE ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS, v. 21, p. 286-310, 2022.

REIS, D. A.; SILVA, L. F.. **Motivations and challenges on the inclusion of environmental topics in Brazilian physics teacher education courses**. *Physics Education*, v. 56, p. 035015, 2021.

SANTOS, F. A. C.; MASSONI, N. T.; DANTAS, C. R. S.; RODRIGUES, R. F.. **A temática ambiental e o ensino de física**. *Thema (Pelotas)*, v. 21, p. 236-256, 2022.

SILVA, E. G.; ZANATTA, S. C.; ROYER, M. R. **Educação Ambiental no Ensino de Química: Revisão de Práticas Didático-Pedagógicas sobre Pilhas e Baterias no Ensino Médio**. *Revista Debates em Ensino de Química, [S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 56–71, 2022.

SOUSA, C. R. C.. **Aplicabilidade da educação ambiental no ensino de Biologia: uma revisão da literatura**. *CRIAR EDUCAÇÃO REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO UNESC*, v. 11, p. 37-55, 2022.

**15. Componente Curricular:** História, Filosofia e Sociologia da Ciência.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Estudos sobre a História, Filosofia e Sociologia da Ciência. O Desenvolvimento da Ciência na Antiguidade. Revolução Científica e o Nascimento da Ciência Moderna: a matematização da natureza. Filosofia da Ciência: Teorias do Conhecimento e Metodologias Científicas. A Ciência no Contexto da Sociedade e da Cultura. Sociologia da Ciência: Dinâmicas, Instituições e Comunidades Científicas. Perspectivas Futuras para a Ciência e a Sociedade.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANGLIN, W. S. *Matemática e História*. Tradução: Carlos Roberto Vianna. Revisão: Maria Laura M. Gomes. In: **História & Educação Matemática**, v. 1, nº 1, p. 12-21, 2001 – Revista da Sociedade Brasileira de História da Matemática.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento** – tradução Estela dos Santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **A Filosofia do Não**. Lisboa: Editorial Presença, 5. ed., 1991.

BOSCHIERO, L. Why history and philosophy of science matters. *Metascience*, v. 29, p. 1–24, 2020.

CHALMERS, A. F. **O Que é Ciência Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

FERREIRA DA SILVA, M. D. ; MENDES, I. A. . A INTENCIONALIDADE NO FAZER MATEMÁTICA: UM PARALELO ENTRE OS “DISCURSOS” DA HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA DA MATEMÁTICA. *Revista Brasileira de História da Matemática, [S. l.]*, v. 13, n. 27, p. 33–53, 2020.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

IGLIORI, S. “A noção de obstáculo epistemológico e a educação matemática.” In: *Educação Matemática – uma introdução*. Machado, S. (org.). São Paulo: Ed. PUCSP, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAKATOS, I. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

MARSHAAL, Maurice. **Bourbaki: a secret society of mathematicians**. Providence, Rhode Island: AMS, 2006.

MARTINS, R. de A. **Introdução: a história das ciências e seus usos na educação**. In: SILVA, C.C. (Org.) *Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006, p. xviii-xx.

MIGUEL, A.. História, filosofia e sociologia da educação matemática na formação do professor: um programa de pesquisa. **Educação e Pesquisa (USP)**, v. 31, p. 137-152, 2005.

MOTTA, C. D. V. B. **História da Matemática na Educação Matemática: Espelho ou Pintura?** Santos: Comunicar, 2006

MOTTA, C. D. V. B. **História da Matemática na Educação Matemática: Espelho ou Pintura?** Santos: Comunicar, 2006.

PIAGET, J. **Lógica e conhecimento científico**. Porto, Livraria Civilização, 1980. ROSA, L. P. **Tecnociências e humanidades** (Vol. 1 e 2). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RUSSELL, Bertrand. **Introdução à Filosofia Matemática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

**16. Componente Curricular:** Didática da Matemática.

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** A Didática na Educação Matemática: pressupostos sócio-históricos, epistemológicos, didático-pedagógicos e teórico-metodológicos contemporâneos. O ensino de Matemática: história, função social, currículos, conteúdos disciplinares, formação de professores e marcos normativos. Bases Epistemológicas para a Educação Matemática: Teoria dos Campos Conceituais; Teoria da Aprendizagem Significativa; Teoria das Situações Didáticas; Teoria dos Registros de Representação Semiótica; Teoria da Complexidade, Interdisciplinaridade e Ensino Híbrido.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABD GHANI, A., et al. **STEM professional development programs for science and mathematics primary school teachers: A systematic literature review**. *European Journal of Science and Mathematics Education*, v. 11, n.4, p. 738-753, 2023.

ALMOULOUD, S. A. **Fundamentos da didática da matemática**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

- AUSEBEL, D. P. *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1980.
- BACICH, L.; NETO TRANZI, A.; TREVISANI, F. de M. (Org) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação [recurso tecnológico]**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BROUSSEAU, G. **Introdução ao estudo das situações didáticas: conteúdo e métodos de ensino**. São Paulo: Ática, 2009.
- CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique*. Grenoble: La Pensée Sauvage Editions, 1991. D'AMBROSIO, UBIRATAN. *Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. v. 1. 150p.
- D'AMORE, B. **Elementos da didática da Matemática**. São Paulo: Livraria da Física, 2007.
- ERNEST, P. **Privilege, Power and Performativity: The Ethics of Mathematics in Society and Education**. *Philosophy of Mathematics Education Journal*, n. 35, pp.1-19, 2019.
- HAUSBERGER, T.; PATRAS, F. **The didactic contract and its horizon of expectation**. *Educere et Educare*, v. 14, n.33, p.1-24, 2019.
- JAMILAH, J.; et al. **Didactic transposition from scholarly knowledge of mathematics to school mathematics on sets theory**. *Journal of Physics*, p.1-8, 2020.
- JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MORETTI, Mércles T.; SABEL, Eduardo (Org.). **FLORILÉGIO DE PESQUISAS QUE ENVOLVEM A TEORIA SEMIOTICOGNITIVA DE APRENDIZAGEM MATEMÁTICA DE RAYMOND DUVAL – parte 2**. 1. ed. Florianópolis: GPEEM/UFSC, 2023. v. 1000. 372p.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PAIS, Luiz C. **Didática da matemática: uma análise da influência francesa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PENTEADO, Miriam Godoy (Org.); SKOVSMOSE, Ole (Org.). **Landscapes of Investigation Contributions to Critical Mathematics Education**. 1. ed. Open Book Publisher, 2022. 360p.
- ROCHMAN, C. **Science literacy on science technology engineering and math (STEM) learning in elementary schools**. *Journal of Physics*, p.1-9, 2019.
- SCHNORR, S. M.; PIETROCOLA, M. **Science and Mathematics Education in Brazil: a Systematic Review of 25 Years of Research (1994–2018)**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, [S. l.], p. e40543, 1–29, 2022.
- TELES, R. A. M.; BORBA, R. E. R; MONTEIRO, C. E. (Org.). **Investigações em didática da matemática**. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2017.
- VERGNAUD, G. **La thérie des champs concptuels: récherches em didactique dès mathématiques**, v. 10[23] A. L., 1990.
- 17. Componente Curricular:** Educação Matemática: concepção e abordagens metodológicas.
- Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04
- EMENTA:** Concepção da Educação Matemática como campo profissional e científico. A identidade profissional do professor que ensina matemática. Abordagens metodológicas em Educação Matemática. Concepções de ensino e de aprendizagem da Matemática. Os conteúdos disciplinares que compõem o currículo de Matemática na Educação Básica.
- BIBLIOGRAFIA BÁSICA**
- ALMEIDA, J. R.; ANDRE, R. C. M.; PEREIRA DA COSTA, A. (Org.). **Ao mestre com carinho: reflexões e pesquisas em educação matemática**. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2021.
- BASSANEZI, R. C. **Ensino-Aprendizagem com modelagem matemática**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2002.
- BORBA, M. C. **The future of mathematics education since COVID-19: humans-with-media or humans-with-non-living-things**. *Educational Studies in Mathematics*, v. 108, p. 385-400, 2021.
- BORBA, M. C. **Tendências internacionais em formação de professores de matemática**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.
- BORBA, M. C.; VILLARREAL, M. E. **Humans-with-media and the reorganization of mathematical thinking: information and communication technologies, modeling, visualization and experimentation**. New York, NY: Springer, 2005.
- BROCARD, J.; OLIVEIRA, H.; PONTE, J. P. M. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CALDEIRA, A. D.; MALHEIROS, A. P. S. **Modelagem em educação matemática**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2009.
- MIORIM, M. A.; VILELA, D. S. **História, filosofia e educação matemática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- DAVID, M. M. ; TOMAZ, V. S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula**. Grupo Autêntica, 2008.
- D'AMBROSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática**. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- D'AMBROSIO, U.; BORBA, M. C. **Dynamics of change of mathematics education in Brazil and a scenario of current research**. *ZDM*, v. 42, n. 3-4, p. 271-279, 2010.
- GOLDING, J. **Mathematics education in the spotlight: Its purpose and some implications**. *London Review of Education*, v. 16, n3, p. 460–473, 2018.
- HUETE, J. C S.; BRAVO, J. A F. **O ensino da matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas**. Porto Alegre: Grupo A, 2007.
- LO, J. J., LEATHAM, K, R., VAN ZOEST, L. R. **Research trends in mathematics teacher education**. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2014.

MACHADO, S. D. A. Educação matemática: uma (nova) introdução. 3. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2008. MOREIRA, P. C.; DAVID, M. B. A. **A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MEYER, J. F. C.; MUNIZ, C. A. **Brincar e jogar: enlances teóricos e metodológicos no campo da educação matemática**. São Paulo, SP: Autêntica, 2010.

MOREIRA, P. C.; DAVID, M. B. A. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MUNHOZ, R. H. **Educação matemática e educação ambiental: uma abordagem Sobre o tema “depredação do patrimônio escolar” em uma Instituição de Ensino Público de Bauru – SP**. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e Matemática) Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP, 2008.

NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. (Org). **A formação do Professor que ensina matemática: perspectivas de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, A. J. N. **A formação do Professor de Matemática em questão: reflexões para um ensino com significado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SKOVSMOSE, O.; ALRO, H. **Diálogo e aprendizagem em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**18. Componente Curricular: Currículo e Avaliação.**

**Natureza:** Optativo **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Debate sobre as bases históricas, epistemológicas e teóricas do currículo e da avaliação, além de analisar sua relação com os índices educacionais, em particular no Ensino de Ciências e Matemática na Educação Básica. A relação entre currículo e avaliação. O estudo explora as implicações do currículo e da avaliação para a formação de professores em Ciências da Natureza e Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CÁRIA, N. P.; OLIVEIRA, S. M. da S. S. **Avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação**. Revista de Ciências Humanas. Disponível em: Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1477/1853> Acesso em: dez. 2021.

COELHO, R. de F. N.; SILVA, E. D. ; OLIVEIRA, J. L. . Avaliação educacional em Matemática na Educação Básica: Suas contradições e ambiguidades, limites e avanços. In: NASCIMENTO, F. A.; SANTANA, J. R.; SILVA, M. D. F. da; SILVA, M. E. M. da; SILVA, M. G. V.; COELHO, R. de F. N.; ALVES, S. C.. (Org.). **Ciências, Matemática, Linguagens e Novas Tecnologias**. 1 ed. Fortaleza: Impreco, 2023, v. 8, p. 54-73.

COSTA, Manoel dos Santos; ERICEIRA, Thiago Brandão; NUNES, Célia Barros. **O currículo de matemática do ensino médio sob a luz da BNCC: reflexões acerca das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2021.

CULTURAL STUDIES OF SCIENCE EDUCATION (PRINT), v. online, p. 1-25, 2023.

DEMOSTHENOUS, E. **Mathematics Classroom Assessment: A Framework for Designing Assessment Tasks and Interpreting Students’ Responses**. Europe Journal Investig Health Psychol Educ. , v.11, n.3, p.1088–1106, 2021.

DIKOVIĆ, M.; GERGORIĆ, T. **Teachers’ assessment of active learning in teaching Nature and Society**, Economic Research-Ekonomska Istraživanja, v. 33, n.1, p. 1265-1279, 2020.

DIOS, M. A. Q.; et al. **Assessment of the virtualised self-regulated learning ecology for the Didactics of Natural Sciences during the COVID-19 crisis**. Revista Publicaciones, v. 51, n. 3, p.399-420, 2021.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre, Brasil: Mediação, 2000.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. Porto Alegre, Brasil: Mediação, 2012.

JANUARIO, Gilberto. **Desenvolvimento curricular em matemática a partir de projetos integradores: estudo com professoras em formação inicial**. Revista BOEM, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 44–62, 2022.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, A. F. B. e SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, C. B.; ALSOP, S.; CAMEL, T.; GUERRA, Andreia. **Science education in a world in crisis: contributions from the South to a defense of a cultural-historical approach in science teaching**.

PACHECO, J. **Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação**. Porto: Porto Editora, 2006.

PIMENTEL-JÚNIOR, Clívio; SANTOS, H. F.; LINHARES, K. J. S.; AMORIM, V. L. F. R.. **Articulações Políticas em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a área de ciências da natureza e suas tecnologias no Ensino Médio**. Ensino em Perspectivas, v. 3, p. 1-23, 2022.

PIMENTEL JÚNIOR, CLÍVIO. **The relationship between subject/knowledge in science education curriculum policies in recent times: post-structural contributions to the debate**. EDUCAR EM REVISTA, v. 38, p. 1-19, 2022.

ROCHA, D. M.; RICARDO, Elio Carlos. **DESEMPENHO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA EM FÍSICA E O CONTRATO DIDÁTICO**. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS (ONLINE), v. 26, p. 01-23, 2021.

RODRIGUES, Mírian Ferminiano. MACIEL, Maria Delourdes. **O currículo de matemática da Educação Básica: Uma perspectiva da ciência, tecnologia e sociedade (CTS)**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 08, Vol. 06, pp. 80-96. Agosto de 2020.

SÁNCHEZ-RIVAS, E., RUIZ-PALMERO, J., SÁNCHEZ-RODRÍGUEZ, J. Gamification of Assessments in the Natural Sciences Subject of Primary Education. Educational Sciences: Theory & Practice, v. 19, n.1, p. 95-111, 2019.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. 6.ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SILVA, ERICA DANTAS DA; CORRÊA, ADRIANA MOREIRA DE SOUZA; COSTA, MARIA DA CONCEIÇÃO; COELHO, RAIMUNDA DE FÁTIMA NEVES. **Estratégias de avaliação da aprendizagem no ensino superior em contexto pandêmico: uma Revisão Sistemática da Literatura**. REVISTA PRÁTICA DOCENTE, v. 7, p. e22050-26, 2022.

VAZ, R. F. N.; NASSER, L. **Crerios utilizados por los docentes en la corrección de actividades de matemáticas**. PARADIGMA (MARACAY), v. 44, p. 308-333, 2023.

**19. Componente Curricular:** Ciências da Natureza para o Ensino.

**Natureza:** Optativa **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Abordagem conceitual necessária para o ensino sobre as Ciências da Natureza. Estudo de fenômenos biológicos, físicos e químicos, em uma perspectiva interdisciplinar, considerando as demandas contemporâneas do Ensino de Ciências. Contextualização histórica, social e cultural das Ciências da Natureza. Processos e práticas de investigação em Ciências da Natureza. Linguagem das Ciências da Natureza.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALBERTS, B. et al. Molecular Biology of the Cell; fifth edition, Garland Science, Taylor & Francis Group, EUA, 2008.

ATKINS, P. W.; JONES, L. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BACK, D.; LEITE, F. A.. RELAÇÕES CONCEITUAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: POSSIBILIDADES NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). REVISTA VALORE, v. 6, p. 411-424, 2021.

BIZZO, Nélío. **Ciências: fácil ou difícil?** 2ª edição. São Paulo: Ática, 2002.

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce Edward. **Química: a ciência central**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CASTRO, Marize Gelard Reis de; RODRIGUES, Giseli Capaci; CATARINO, Giselle Faur de Castro. **As concepções de linguagem e seu impacto no ensino de Ciências**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 42, 23 de novembro de 2021.

CHANG, Raymond. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, Bookman, 2006.

FRÖHLICH, ALÉXIA BIRCK; DE ANDRADE LEITE, FABIANE. ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA. EDUCACIÓN QUÍMICA, v. 32, p. 132-142, 2021.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física: Mecânica. 8a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, vol. 1.

HEWITT, P. G. Física Conceitual. 11ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

IVANISSEVICH, Alicia; VEIDEIRA, Antônio A. P. (orgs.). Fatos que Mudaram Nossa Forma de Ver a Natureza: Ciências Biológicas e ambientais. Instituto Ciência Hoje, Rio de Janeiro 2008.

JEWETT Jr, J. W.; SERWAY, R. A. Física para cientistas e engenheiros, volume 1: Mecânica. 8ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

JUNQUEIRA, L C. et al. Biologia Celular e Molecular; 8ª edição, Ed. Guanabara Koogan, RJ, 2005.

LEITE, FABIANE ANDRADE; WENZEL, JUDITE SCHERER; RADETZKE, FRANCIELE SIQUEIRA. CONTEXTUALIZAÇÃO NOS CURRÍCULOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS. CONTEXTO & EDUCAÇÃO, v. 35, p. 226-240, 2020.

LOPES, E. S.; LEITE, F. A.; ERICA DO ESPÍRITO SANTO HERMEL. Experimentation in bachelor's education programs in biological sciences: a look from Fleckian epistemology. ACTIO: DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS, v. 6, p. 1-16, 2021.

LIMA, S. S.; DARSIE, M. M. P.; MELLO, G. J.. INVESTIGAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO ESPECIALIZADO DE PROFESSORES DE FÍSICA: ESTADO DA ARTE ENTRE 2001 E 2018. REVISTA DE ENSEANZA DE LA FÍSICA (ONLINE), v. 33, p. 23-37, 2021.

MANAHAN, S. E. Fundamentals of Environmental Chemistry. Florida: Lewis Publishers, 2001. POZO, Juan I.; GÓMEZ CRESPO, Miguel Ángel. A aprendizagem e o ensino de Ciências – do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA, Edilson de. Práticas de ensino e pesquisa nas Ciências da Natureza e suas tecnologias. Revista Educação Pública, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020.

SARTORI, J.; LONGO, M. PRÁTICAS INVESTIGATIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e21075, 2021.

SIQUEIRA, R. M.; MORADILLO, E. F.. AS CIÊNCIAS DA NATUREZA NA BNCC PARA O ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO COMO PRINCÍPIO ORGANIZADOR DO CURRÍCULO. CONTEXTO & EDUCAÇÃO, v. 37, p. 421-441, 2022.

**20. Componente Curricular:** Matemática para o Ensino

**Natureza:** Optativa **Carga horária:** 60 horas **Créditos:** 04

**EMENTA:** Abordagem conceitual necessária para o ensino sobre a Matemática. Estudo de fenômenos matemáticos, considerando as demandas contemporâneas do Ensino de Matemática. Contextualização histórica, social e cultural da Matemática. Processos de investigação, de construção de modelos e de resolução de problemas em Matemática. Linguagem Matemática.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- ALMEIDA, C. G. **Modelagem na Educação e Resolução de Problemas: possíveis articulações e tensionamentos teóricos com base em pesquisas recentes**. 2021. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.
- BALL, D. L.; THAMES, M. H., PHELPS, G. **Content knowledge for teaching: what makes it special?** In: Journal of Teacher Education, v. 59, n. 5, nov./dec., 2008. p. 389-407.
- CAMPOS, C. R.; WODEWOTZKI, M. L. L.; JACOBINI, O. R.. **Educação Estatística: teoria e prática em ambiente de modelagem matemática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. E-book
- CARVALHO, J. B. P. F. (Org.) **Matemática: Ensino Fundamental/Coleção Explorando o Ensino**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v.17, 2010.
- CARRILO, J.; CLIMENT, N.; CONTRERAS, L. C.; MUNÓZ-CATALÁN, M. C.. Determining Specialized Knowledge for Mathematics Teaching. In: UBUZ, B.;HASER, C. et al. Congress of the European Society for Research in Mathematics Education. 8., 2013. Turkey: M.E.T. University, Ankara, 2013. p. 2985-2994.
- CURY, H. N.; BISOGNIN, E. **Conhecimento matemático para o ensino: um estudo com professores em formação inicial e continuada**. Revista Thema, v. 14, n. 3, ago., 2017, p. 241- 249.
- CYRINO, M. (Org.) **Temáticas emergentes de pesquisas sobre a formação de professores que ensinam matemática: desafios e perspectivas**. Brasília: SBEM, 2018. (Coleção SBEM, 10).
- DAVIS, B.; RENERT, M. **The Math Teachers Know: profound understanding of emergent mathematics**. NY: Routledge, 2014.
- HAZZAN, S. **Fundamentos de Matemática Elementar 5: Combinatória e Probabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.
- IEZZI, G.. **Fundamentos de Matemática Elementar 3: Trigonometria**. São Paulo: Atual, 2005
- IEZZI, Gelson. **Fundamentos da Matemática Elementar Volume 6 – Complexos, Polinômios e Equações**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005.
- IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar Volume 3 – Trigonometria**. 9. ed. Atual Editora, 2013.
- IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; DOLCE, O. **Fundamentos de Matemática Elementar Volume 2 – Logaritmos**. 10. ed. Atual Editora; 2013.
- IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de Matemática Elementar Volume 1 – Conjuntos e Funções**. 9. ed. Atual Editora, 2013.
- LIMA, Elon L.; CARVALHO, P. C.; MORGADO, Augusto C.; WAGNER, Eduardo. **A Matemática do Ensino Médio, Volume 1**. 11. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016.
- LIMA, Elon L.; CARVALHO, P. C.; MORGADO, Augusto C.; WAGNER, Eduardo. **A Matemática do Ensino Médio. Volume 4: Exercícios e resolução dos exercícios**. 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.
- MORAIS FILHO, Daniel C. **Manual de Redação Matemática: com dicionário etimológico de palavras usadas na Matemática**. (Coleção Professor de Matemática), Rio de Janeiro: SBM, 2014.
- MORAIS FILHO, Daniel C. **Um convite à Matemática: com técnicas de demonstração e notas históricas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: SBM, 2016.
- REZENDE, A. A. DE; SILVA-SALSE, A.; CARRASCO, E. **A Matemática Financeira no Ensino Médio Brasileiro: perspectivas para formação de indivíduos críticos**. Revista Baiana de Educação Matemática, v. 3, n. 01, p. 1-20, 2022.



#### **Boletim de Serviço/Resoluções – SODS – UFCEG**

Reitor: **Camilo Allyson Simões de Farias**  
Vice-Reitora: **Fernanda de Lourdes Almeida Leal**

Coordenador da SODS: **Edmilson de Souza Ramos Neto**  
Jornalista responsável: **Marinilson Braga DRT/1.614-PB**

Publicado em Boletim de Serviço Eletrônico em 21 de julho de 2025.